



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 32/2017/CONSUP/IFAP, DE 11 DE MAIO DE 2017.

Aprova o PLANO DO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE, NA FORMA SUBSEQUENTE NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CENTRO DE REFERENCIA EM EAD DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o que consta no Processo nº 23228.000611/2016-64, assim como a deliberação na 23ª Reunião Ordinária do Conselho Superior,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o PLANO DO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE, NA FORMA SUBSEQUENTE NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CENTRO DE REFERENCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ÂNGELA IRENE FARIAS DE ARAÚJO UTZIG
Presidente do Conselho Superior do IFAP, em exercício

**CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM
MEIO AMBIENTE, NA FORMA
SUBSEQUENTE, NA MODALIDADE À
DISTÂNCIA**

Plano de Curso

Aprovado pela Resolução nº 32/2017/CONSUP/IFAP de 11 de maio de 2017.

**Pedra Branca do Amapari - AP
2017**

MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO OLIVEIRA DE ALMEIDA
REITORA

HANNA PATRÍCIA DA SILVA BEZERRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

SEVERINA RAMOS TELÉCIO DE SOUZA
DIRETORA DE ENSINO TÉCNICO

OSÉIAS SOARES FERREIRA
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO GRANDE

MARCUS VINICIUS DA SILVA BURASLAN
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO – PORTO GRANDE

RODRIGO ANTONIO RIZZATTI
**COORDENADORA DE APOIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO
AMAPARI**

RONALDO FRANCK FIGUEIREDO LEITE
COORDENADOR DO CURSO DE MEIO AMBIENTE

ANDERSON BRASILIENSE DE OLIVEIRA BRITO
JOSÉ ITAPUAN DOS SANTOS DUARTE
MARCUS VINICIUS DA SILVA BURASLAN
ALAIN ROEL DOS SANTOS RODRIGUES
RAÍ BRAZÃO OLIVEIRA
PATRÍCIA DE JESUS SALES
PEDRO CLEI SANCHES MACEDO
EDERSON WILCKER FIGUEIREDO LEITE
ÂNGELA MARIA CHAVES MIRANDA
RONALDO FRANCK FIGUEIREDO LEITE
LARISSA PINHEIRO DE MELO
GEISA CAVALCANTE CARBONE SATO
NARRIMA TAYANE DE SOUZA FARIAS DANTAS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO
Portaria nº 020/2016/DIRGER, de 19 de agosto de 2016.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ESCOLAR	
CNPJ:	10 820 882/0001-95
Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Nome Fantasia:	IFAP
Esfera Administrativa:	Federal
Endereço:	Rua Francisco Dutra, s/n - Bairro Central. CEP: 68.945-000
Cidade/UF/CEP:	Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari
Telefone:	
E-mail de contato da coordenação:	coead.amapari@ifap.edu.br
Site:	www.ifap.edu.br

CURSO TÉCNICO	
Eixo Tecnológico:	Ambiente, Saúde e Segurança
Denominação do Curso:	Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente na Forma Subsequente, na Modalidade à Distância
Habilitação:	Técnico em Meio Ambiente
Turno de Funcionamento:	Vespertino e Noturno
Números de Vagas:	80
Modalidade:	à distância
Regime:	Modular
Integralização Curricular:	3 Módulos
Total de Horas do Curso:	1.390 horas
Horas de Aula:	1.140 horas
Prática Profissional	Estágio Supervisionado ou Projeto: 200 h
	Atividades Complementares: 50 horas
	Total da Prática Profissional: 250 h
Coordenador(a) do Curso:	Ronaldo Franck Figueiredo Leite

SUMÁRIO

1 JUSTIFICATIVA	5
2 OBJETIVOS	8
2.1 Objetivo Geral.....	8
2.2 Objetivos Específicos.....	8
3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	9
4 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	9
5 ÁREA DE ATUAÇÃO	9
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	10
6.1 Forma de Organização do Curso.....	10
6.2 Metodologia.....	11
6.3 Matriz curricular.....	14
6.3.1 Componente Curriculares, Competências, Bases Científicas E Tecnológicas E Bibliografia Básica E Bibliografia Complementar.....	15
6.4 Prática Profissional.....	41
6.4.1 Estágio e/ou Projeto.....	41
6.4.2 Atividades Complementares.....	44
7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	47
8 CRITÉRIOS E APROVEITAMENTO DE AVALIAÇÃO	49
9 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	50
10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	51
11 CERTIFICADOS OU DIPLOMA	51
12 REFERÊNCIAS	52
APÊNDICES E ANEXOS	55

1 JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal, de acordo com a lei de sua criação, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Busca, desta forma, promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável em consonância com as características regionais.

O estado do Amapá se destaca por localizar-se em uma região emergente no Brasil, a amazônica. O Amapá passou e vem passando por um processo de migração bastante acentuado. Isso fica evidente quando as empresas buscam profissionais de outras regiões do país para comporem o seu quadro de funcionários.

Dentre os municípios pertencentes ao Estado do Amapá, destaca-se o município de Pedra Branca do Amapari, que foi criado em 1º de maio de 1992 e tem suas origens ligadas à exploração de ouro pelos samaracás, uma tribo primitiva da Guiana Francesa. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Pedra Branca do Amapari pela Lei Estadual n.º 08, de 01-05-1992 (IBGE, 2010).

Por volta de 1946, com a descoberta do minério de manganês na região, mais especificadamente em Serra do Navio, o difícil acesso a esta localidade e as constantes viagens de avião possibilitaram um dos pilotos avistar uma enorme pedra no rio Amapari que passou a ser utilizada como ponto de referência. Esta, por ser de tamanho bastante grande e de coloração branca, passou a ser o marco indicador da mina. Daí o nome Pedra Branca (TOSTES, 2012).

Para Tostes (2012), a outra versão para a criação do nome Pedra Branca do Amapari advém da exploração do ouro pelos samaracás, negros da Guiana Francesa que, no intuito de demarcar os caminhos por onde haviam passado, tanto para orientar o seu trajeto, como o de outros interessados na atividade de garimpagem, utilizavam-se das pedras brancas dos rios.

De acordo com o censo populacional do IBGE (2010), sua população é composta por 10.772 habitantes (hab.), situados em uma unidade territorial de 9.625, 214 km² e densidade demográfica 1,13 hab/km², sendo que 4.803 pessoas estão na área rural e 5.970 na área urbana. Foi um dos municípios com a maior taxa de crescimento populacional do estado do Amapá, considerando que seus limites territoriais são o município de Oiapoque a norte, Serra do Navio a leste, Porto Grande a sudeste, Mazagão a sul e Laranjal do Jari a oeste.

O desenvolvimento de Pedra Branca do Amapari esteve ligado à história de garimpagem no rio Cupixi e à ferrovia Santana/Serra. Outros aspectos ligados ao crescimento desse município situam-se na expansão de suas fronteiras agropecuárias e na própria ampliação da exploração

mineral, destacando-se o papel da Perimetral Norte, eixo de dinamização do município. Contudo de acordo com Tostes (2012) este apresenta um quadro desfavorável em relação a qualidade de vida urbana.

O resultado do último censo demonstra elevados índices de problemas urbanos. A pressão social é outro problema que vem se acentuando, assim como as precárias condições habitacionais. Para Tostes (2012), não se conhece atividade turística significativa, apesar de o município possuir um território cheio de riquezas naturais e belezas cênicas que permanecem ainda como recursos potenciais para o turismo. O potencial pesqueiro do município é apontado por todos como alternativa bastante comum para este e alguns outros municípios pequenos.

Atualmente a mineradora australiana Beadell Resources atua na localidade e iniciou suas operações na mina em 2012, quando foram concluídas as estruturas de instalação, o que a tornou a terceira maior mina de exploração de ouro do Brasil. A referida empresa anunciou ter encontrado mais uma área com ouro de alto teor na mina Tucano, em Pedra Branca do Amapari, a 283 quilômetros de Macapá, o que de certa forma pode vir a representar um eixo de oportunidades para o município em termos de desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Neste contexto, emerge a necessidade de formar profissionais capacitados para atuar nos segmentos que caracterizam o rol de atividades do município de Pedra Branca do Amapari que vislubrem o contexto ambiental, considerando a importância de atender demandas que irão contribuir para o desenvolvimento regional, a conservação e preservação do meio ambiente. Este processo apresenta uma importância singular, tendo em vista o aumento do número de profissionais que irá surgir para atuar neste meio.

Hoje as questões ambientais ganham visibilidade, no momento em que a humanidade presencia um acelerado esgotamento dos recursos naturais num ritmo sem precedentes. Os desafios da proteção, da conservação e do uso sustentável do patrimônio natural, em todas as suas escalas, têm mobilizado os diferentes segmentos da sociedade e assim se firma a necessidade da atuação de profissionais da área ambiental.

O cenário indica que não é mais possível continuar explorando ilimitadamente os bens naturais como se fossem infinitos sob o risco de comprometer a continuidade da vida no nosso Planeta. Chegamos num momento em que “[...] o futuro da nave espacial Terra, dos tripulantes aos passageiros, não é mais, como outrora, assegurado. Temos condições técnicas de devastar a biosfera, impossibilitando a aventura humana” (BOFF, 2001, p.17). Apesar dos conhecimentos construídos sobre a Terra, estamos perdendo nossa intimidade com ela.

Dentre os problemas emergentes, a falta de saneamento básico (água potável, coleta seletiva de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e pluvial) é deficitário nas diferentes regiões do Brasil, Estado e Região. O uso e a ocupação do solo de maneira desordenada, principalmente às margens de rios, córregos e lagos e suas áreas de estabilização, resultou na supressão e fragmentação das flo-

restas. Grande extensão de florestas desapareceu abrindo caminhos para a agricultura moderna, que possibilitou a alteração na base técnica de produção.

Diante desta realidade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como instituição que se preocupa com a formação de profissionais que respondam aos desafios de novos tempos e atendam às demandas da região, oferece o Curso Técnico em Meio Ambiente, modalidade subsequente, considerando a emergência de formar profissionais capacitados para atuar com maior eficiência na reversão deste quadro de comprometimento ambiental, atendendo à necessidade sócio-econômico-cultural da região onde está inserido.

O Técnico em Meio Ambiente poderá atuar em Instituições públicas e privadas, além do terceiro setor; Estações de tratamento de resíduos; Unidades de conservação ambiental; entre outras demandas que se façam presentes.

A história do Instituto Federal do Amapá (Ifap) começa em 25 de outubro de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (Etfap), instituída pela Lei nº 11.534. Em 13 de novembro de 2007, a Portaria MEC nº 1066 atribui ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA) o encargo de implantar a Etfap. Para tomar à frente das articulações locais e viabilizar a implantação da então Escola Técnica Federal do Amapá, a Portaria MEC nº 1199, de 12 de dezembro de 2007, nomeia o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor Geral *Pró-Tempore*.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transforma a Etfap em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap) – autarquia vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais. Dando continuidade ao processo de implantação, o professor Emanuel Alves de Moura é nomeado reitor *Pró-Tempore*, pela Portaria MEC 021/2009, de 07 de janeiro de 2009.

Além da Reitoria, o Instituto Federal do Amapá é constituído pelos *campi* Macapá, Laranjal do Jari, Santana e Porto Grande estrategicamente localizados para contribuir com o desenvolvimento do Estado. Macapá, a capital, possui cerca de 366.484 habitantes, 75% da demografia do Estado.

Como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, a partir de 2010, seguindo a política de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Ifap passa a ofertar gradativamente cursos nos diferentes níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico, com o compromisso de viabilizar o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

O Projeto Pedagógico de Curso, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, é proposto tendo como referência, a legislação educacional vigente, incluindo o projeto de ação do Plano Pedagógico Institucional,

sendo continuamente revisitado, para afirmar a construção coletiva, o valor e o significado para cada sujeito e para a comunidade educacional.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Formar profissional de nível técnico com capacidade para atuar na organização de programas ambientais, conservação e preservação dos recursos naturais, na redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, identificando processos de degradação e propondo medidas visando a minimização dos impactos ambientais com vistas a sustentabilidade ambiental.

2.2 Objetivos Específicos

- Ter visão sistêmica do meio ambiente, saúde e segurança, que atua de forma autônoma e inovadora, acompanhando a evolução da profissão.
- Aplicar e respeitar as normas de proteção e de prevenção do meio ambiente, saúde e segurança no trabalho.
- Ter habilidades de comunicação e de trabalho em equipe multidisciplinar, atuando em ambientes naturais, urbanos e rurais, nas esferas pública, privada ou organizações não governamentais.
- Agir com ética profissional, sustentabilidade, flexibilidade, responsabilidade social e domínio do saber-fazer, do saber ser, do saber saber e do saber conviver.
- Atuar em atividades ligadas às questões ambientais, possuindo uma formação que estimula o desempenho de ações que visam à preservação do meio ambiente, respeitando a cultura e a história local.
- Saber fazer uso racional dos recursos naturais; executar planos de ação e manejo destes recursos de forma crítica, criativa e sustentável.
- Estabelecer controle e tratamento dos resíduos poluentes gerados pelas atividades humanas, contribuindo para o desenvolvimento de projetos e ações que visam diminuir as desigualdades sociais, através da educação e da inserção das comunidades nas atividades produtivas sustentadas.

3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente, na forma subsequente, na modalidade à distância, será realizado mediante processo seletivo aberto ao público (exame de seleção), de caráter classificatório e/ou eliminatório ou por chamada pública de acordo com edital vigente aprovado pela Pró-Reitoria de Ensino, para acesso ao primeiro módulo do curso, para estudantes que detenham o certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

4 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Instituto Federal de educação, Ciência e tecnologia do Amapá, privilegia a formação de profissionais que:

- tenham competência técnica e tecnológica para identificar e compreender os problemas ambientais, tomar decisões e propor soluções sustentáveis, aptos a intervir no sentido de minimizar situações de risco ambiental observados;
- sejam capazes de se inserir no mundo do trabalho atuando com princípios éticos e comprometido com o desenvolvimento regional sustentável;
- tenham formação humanística e de cultura geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica;
- saibam atuar de maneira dinâmica, interagindo e aprimorando continuamente os conhecimentos ligados a sua área de atuação;
- sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos auxiliando na aplicação e fiscalização da legislação ambiental;
- sejam profissionais participativos e atuantes na avaliação de modelos de gestão ambiental, elaborando e acompanhando a implementação de projetos de ambiência e de educação ambiental;

5 ÁREA DE ATUAÇÃO

Compete ao profissional Técnico em Meio Ambiente:

- Pesquisar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais, colaborando na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais.
- Auxiliar na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental, atuando na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem, identificando as intervenções ambientais,

analisando suas consequências e operacionalizando a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos;

- Identificar as características dos principais ecossistemas, a importância da preservação das florestas para a manutenção da biodiversidade e de serviços ambientais correspondentes, estabelecendo relações entre cobertura vegetal, fauna, clima, relevo, solos e recursos hídricos em biomas situados no território brasileiro.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Técnico em Meio Ambiente na forma subsequente EaD, foi organizado de modo a possibilitar uma formação geral e a formação profissional, capacitando o estudante para a inserção no mundo do trabalho de forma criativa e empreendedora, permitindo ao egresso uma atuação transformadora no desenvolvimento da sociedade. Assim, o currículo do Curso Técnico em Meio Ambiente observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da educação profissional de nível técnico e no Decreto nº 5.154/04, bem como a Resolução nº 07/2014/CONSUP/IFAP, que aprova a Instrução Normativa nº 01/2014/CONSUP/IFAP para elaboração e atualização dos Planos de Cursos Presenciais e a Distância do IFAP e a Resolução Nº 015/2014/CONSUP/IFAP, de 02 de Maio de 2014, que Aprova a Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível médio na Forma Subsequente no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

6.1 Forma de Organização do Curso

A organização do curso está estruturada em regime seriado semestral com uma Matriz Curricular integralizada por componentes curriculares e divididos em três períodos letivos. O primeiro período do curso compreende as disciplinas de Ambientação em Educação a Distância, Educação Geral e Noções de Ecossistemas e Meio Ambiente que subsidiam a formação técnica do aluno. Os dois períodos seguintes se constituem de componentes da formação técnica.

Cada módulo possui o mínimo de 100 (cem) dias efetivos de trabalhos escolares organizado com uma carga horária de 304 horas /aulas presenciais e 836 horas/aulas à distância, num total de 1.140 horas de formação profissional. Sendo esta distribuída entre 200 horas de estágio supervisionado e/ou projeto e 50 horas de atividades complementares. Dessa forma, o Curso Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente apresenta uma carga horária geral de 1.390 horas. O curso terá uma forma de organização semestral, em que os componentes curriculares serão desenvolvidos por módulos. Os estudantes terão dois encontros presenciais com o tutor de cada disciplina; um

encontro no início do módulo de cada componente curricular e o outro na avaliação. Os encontros presenciais serão acompanhados pelo Coordenador do Curso.

Os estudos a distância ocorrerão por intermédio do contato dos estudantes com os tutorias e materiais de apoio didático postados pelo professor formador no Ambiente de Aprendizagem (Plataforma Moodle), bem como a realização das atividades avaliativas.

6.2 Metodologia

O processo de ensino-aprendizagem constitui-se da construção do conhecimento no qual o professor e o estudante são agentes participantes na tentativa de compreender, refletir e agir sobre os conhecimentos. Neste sentido, os professores nas aulas à distância e nos encontros presenciais incentivam uma construção do conhecimento através de aulas dialogadas, do material didático, da pesquisa, das experiências e atividades de aprendizagem, estimulando o estudante a participar de eventos científicos como seminários, mesas redondas, colóquios, fóruns, entendendo-se que estas atividades permitem uma maior aproximação dos estudantes em relação aos projetos de pesquisa que estes podem vir a realizar no decorrer do curso.

Durante o processo de ensino-aprendizagem os conteúdos serão trabalhados de forma interdisciplinar, buscando um aprendizado mais significativo onde o estudante irá adquirir capacidade de relacionar a teoria e a prática dentro de um universo de conhecimento, experiência e situações profissionais. Seu desenvolvimento técnico-científico é enriquecido, por questionamentos e soluções inovadoras aplicadas às situações práticas ligadas a sua vida profissional.

As situações de aprendizagem previstas no decorrer do curso têm como eixo integrador a relação entre componentes curriculares que consideram o atendimento das demandas, estimulando a participação ativa dos estudantes na busca de soluções para os desafios encontrados. Estudos de caso, pesquisas em diferentes fontes, contato com empresas e especialistas da área, visitas técnicas, trabalho de campo constituem o rol de atividades a serem trabalhados no desenvolvimento dos conteúdos previstos.

Na atual sociedade, estamos aprendendo a conhecer, a comunicar, ensinar, integrando o ser humano e a tecnologia. É importante aprender por todos os canais possíveis, a experiência, a imagem, o som e integrar o singular ao plural, falando de algo que conhecemos e vivenciamos e que contribua para que todos avancem no grau de compreensão do que existe. Necessitamos de pessoas agindo com autonomia na sociedade e que modifiquem as estruturas arcaicas e autoritárias existentes.

Segundo Almouloud (1997), o uso do computador permite: individualizar o estudo de comportamento dos sujeitos; tornar os estudantes autônomos na gestão de sua aprendizagem; tratar em tempo real uma parte da avaliação; integrar numerosas informações multidimensionais e ainda

diminuir o efeito emocional da avaliação.

Aliado ao computador destaca-se a indiscutível importância da Internet como ferramenta singular na disseminação de ideias, características que rompem com os paradigmas educacionais, em que não cabem mais arbitrariedades de opiniões, linearidade de pensamento, um único caminho a ser trilhado.

A EaD é uma modalidade de ensino em que o estudante busca na interação compreender os conteúdos. É um sistema de ensino e de aprendizagem no qual há um aporte técnico-metodológico em função da aprendizagem qualitativa desse indivíduo. Há todo um fazer pedagógico que atende as especificidades do estudante EaD objetivando a sua efetiva aprendizagem.

Nesta modalidade a educação pode ocorrer de forma assíncrona¹ e síncrona², quando o docente e os estudantes encontram-se separados em alguns momentos temporal e/ou fisicamente. Assim, é necessário que ocorra a utilização de ferramentas tecnológicas que ofereçam ao estudante o suporte de que ele necessita para aprender neste novo modelo didático-pedagógico.

Diante do exposto a metodologia de trabalho do IFAP está embasada no conceito de conhecimento dialético, ou seja, tem-se a concepção de que o conhecimento parte do particular para o geral, de uma prática social contextualizada para uma prática social reelaborada, passando da tese para a antítese e chegando-se a síntese, sendo este movimento sempre refeito, considerando o estudante como um sujeito ativo na apropriação do conhecimento. Já dizia Paulo Freire (2005), que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que ele ocorra. Sendo o conteúdo, (re)construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo.

Na EaD do IFAP contamos com ferramentas de acesso a comunicação e informação e de recursos didáticos disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)³, são eles: fórum, chat, mural, mensagem, materiais para downloads, aulas e vídeos, ampliação do conhecimento com links para acesso e avaliação.

Durante a semana o estudante ainda conta com o chat diário, de forma síncrona, com o tutor conceitual da disciplina referente à aula anterior. O segundo momento, o assíncrono, ocorre durante a semana na Tutoria Online. Onde o estudante pode participar e interagir com os pares, com o professor e o Tutor das disciplinas, pelo fórum e e-mails.

As aulas são ministradas por professores especialistas com amplo conhecimento teórico e

¹Assíncrono: Comunicação que não ocorre no mesmo instante, como, por exemplo, no caso de troca de e-mails, fóruns etc. (MATTAR, 2011). Aqui temos a categoria mais tradicional do ensino à distância, em que os alunos precisam realizar o auto-estudo. Com a metodologia assíncrona, o conteúdo é adquirido com leitura e consulta a materiais sem a intervenção em tempo real, de um professor ou de outro mediador.

²Síncrono: Atividades que pressupõem duas ou mais pessoas conectadas ao mesmo tempo, para interagir (MATTAR, 2011). Esse tipo de ensino tem a interação em tempo real de um professor ou tutor com os cursistas. Os alunos assistem às aulas via satélite ou então por videoconferência[BP] ou comunicam-se por meio de chat. Com esse método o ensino à distância fica menos “distante”, mas o custo pode subir.

³Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). É um sistema de software livre, com uma licença com código fonte de programa disponível, utilizado em EaD para a disponibilização de conteúdo, realização de atividades, avaliações e interação entre alunos e professores. Em inglês a sigla mais comum é LMS – Learning Management System (MATTAR, 2011; BARBOSA; MENDES, 2010).

prático, com o objetivo de conduzir e orientar os estudantes nesse processo de aprendizagem. Os professores conferencistas utilizam slides e materiais de apoio didático previamente disponibilizados no AVA. Há ainda o recurso do livro didático que, além de impresso, pode ser baixado em PDF no espaço virtual citado.

Para o desenvolvimento do curso alguns procedimentos metodológicos foram incluídos visando à melhoria da formação e da aprendizagem dos estudantes como a Formação Inicial em Educação à Distância, que é ofertada nas primeiras aulas, onde os estudantes participam de orientação para realização do curso, enfatizando os procedimentos necessários ao uso das ferramentas e encaminhamentos para formação na modalidade à distância.

As principais recomendações feitas aos estudantes dizem respeito à formação da capacidade de desenvolver sua autonomia intelectual a fim de que o mesmo possa atingir os objetivos de aprendizagem propostos no curso. Essas recomendações incluem: assistir e participar das aulas com formulação de perguntas ao professor tutor presencial que, irá repassá-las ao professor web, leitura dos livros referentes a cada aula, recorrer ao apoio e orientação junto aos tutores, realização das atividades solicitadas como a Atividade Autoinstrutiva e Atividade Supervisionada, de acordo com as solicitações e orientações disponíveis no AVA. No polo presencial devem ainda acontecer a formação de grupos de estudos para ampliar a apropriação dos conceitos discutidos em aula.

A proposta do Curso Técnico em Meio Ambiente envolverá três níveis. No primeiro nível o acompanhamento do processo de aprendizagem far-se-á nos encontros presenciais, em que o docente irá verificar:

- Se os estudantes estão compreendendo os conteúdos propostos nas unidades didáticas e os graus de dificuldades existentes;
- Se os estudantes têm condições de desenvolver ou não tarefas propostas no percurso das diferentes unidades didáticas;
- Se os estudantes estão em condições de estabelecer articulações contínuas entre os conhecimentos propostos e sua prática cotidiana.

Durante os referidos encontros o tutor fará anotações das dificuldades que os estudantes estão encontrando nos conteúdos trabalhados, repassando as informações à coordenação de polo, que por sua vez encaminhará ao coordenador do curso.

O segundo nível caracteriza-se pelo estudo à distância, pelo contato dos estudantes com as tutorias, pelos diversos meios de comunicação, materiais de apoio didático e a realização das atividades para atender os critérios de avaliação.

O terceiro nível é o da avaliação que compreende prova presencial e atividades à distância que serão elaboradas por docente especialista em cada componente curricular do curso.

6.3 Matriz Curricular

A matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Subsequente, na Modalidade a Distância observa um conjunto de componentes curriculares que ao serem trabalhados, conduzem ao desenvolvimento das competências que integram o perfil profissional de conclusão, conforme apresentado neste item 6.3 e no item 6.3.1. A matriz está estruturado da seguinte forma:

Tabela 1 - Matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma subsequente, na modalidade à distância.

COMPONENTE CURRICULAR		C. H. PRE-SENCIAL	C. H. DISTÂNCIA	C. H. TOTAL
MÓDULO I	Ambientação em Educação à Distância	16	44	60
	Português Instrumental	16	44	60
	Matemática e Estatística Aplicada	16	44	60
	Inglês Instrumental	16	44	60
	Introdução ao Estudo do Meio Ambiente	16	44	60
	Ecologia dos Ecossistemas	16	44	60
	Direito Ambiental	16	44	60
<i>SUBTOTAL</i>		112	308	420
MÓDULO II	Geologia e Geografia Ambiental	16	44	60
	Metodologia do Trabalho Científico	16	44	60
	Química Ambiental	16	44	60
	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	16	44	60
	Ética E Meio Ambiente	16	44	60
	Gestão Integrada De Resíduos	16	44	60
<i>SUBTOTAL</i>		96	264	360
MÓDULO III	Sistema de Gestão Ambiental	16	44	60
	Recuperação de Áreas Degradadas	16	44	60
	Parâmetros de Qualidade Ambiental	16	44	60
	Gestão de Recursos Hídricos	16	44	60
	Economia Ambiental	16	44	60
	Licenciamento Ambiental	16	44	60
<i>SUBTOTAL</i>		96	264	360
TOTAL DE HORAS/AULAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL		304	836	1.140h
PRÁTICA PROFISSIONAL	Estágio Supervisionado ou Projeto			200h
	Atividades Complementares			50h
	TOTAL DA PRÁTICA PROFISSIONAL			250
TOTAL GERAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO TÉCNICO				1.390h

6.3.1 Componentes Curriculares, Competências, Bases Científicas/Tecnológicas, Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente	Ambientação em Educação à Distância	Carga Horária:	60 horas

Curricular:			
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer as Concepções e legislação em EaD. ● Dominar o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem. ● Conhecer as Ferramentas para navegação e busca na Internet. ● Conhecer as Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação. 			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
<p>Unidade I: Fundamentos Teóricos e metodológicos da Educação à Distância</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Da Educação à Distância à Educação Virtual ● A Sala de Aula Virtual Moodle ● O Professor, o Aluno e a Comunidade Virtual ● O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle ● Filosofia do Moodle ● Ferramentas do Moodle: Materiais de Estudo e Atividades. <p>Unidade II: O aluno virtual</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Quem é o aluno Virtual? ● Comportamento autônomo: Autoaprendizagem; Gerenciamento do tempo. ● Regras de convivência e Ferramentas de comunicação: emoticons, netiqueta, clareza; ● Citações, ética, diretrizes para feedback. <p>Unidade III: Comunidades Virtuais de Aprendizagem</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ambientes Virtuais de Aprendizagem ● Comunidades Virtuais de Aprendizagem 		<ul style="list-style-type: none"> ● O Papel do Aluno na comunidade Virtual ● Interação e Interatividade ● Silêncio Virtual <p>Unidade IV: Avaliação em Ambientes Virtuais de Aprendizagem apoiados pela Internet</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ambientes Virtuais de Aprendizagem ● As Dimensões da Avaliação ● Fundamentos da Avaliação Educacional ● Avaliação em Ambientes Virtuais Interativos ● Instrumentos e Procedimentos de Avaliação dos alunos e da disciplina Introdução à EAD ● Surgimento e evolução da EAD ● Gerações de Educação à Distância ● A inserção da EAD no Brasil ● Regulamentação da EAD no Brasil: concepção legal da EAD no Brasil e determinações legais sobre avaliação da aprendizagem 	
Bibliografia Básica			
<p>ERCILIA, Maria. A internet. São Paulo: PubliFolha, 2007. (Série Folha Explica – Informática).</p> <p>MILNER, Annalisa. Como usar o e-mail: seu guia para dominar o computador. São Paulo: PubliFolha, 2004.</p> <p>MONTEIRO, Mario. Introdução à organização de computadores. Rio de Janeiro: LTC, 2007.</p> <p>VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 7.ed. rev. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2004.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ALONSO, Kátia Morosov. A avaliação e a avaliação na educação a distância: algumas notas para reflexão. Curitiba: IBPEX, 2002. (Coleção Educação a Distância, n.5). BBE Disponível em: <http://www.visionvox.com></p>			

com.br/biblioteca/a/AavaliçãoemEaD.doc>. Acesso em: 5 nov. 2011.

ARAÚJO, Jairo. Introdução ao Linux. São Paulo: Ciência Moderna, 2000. MACHADO, André. Linux: comece aqui. São Paulo: Elsevier, 2005.

BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.

BEHAR, Patrícia; PASSERINO, Liliana; BERNARDI, Maira. Modelos pedagógicos para educação a distância: pressupostos teóricos para a construção de objetos de aprendizagem. Revista Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 2, dez. 2007.

MORIMOTO, Carlos. Entendendo e dominando o Linux. São Paulo: Digerati, 2004.

WILLIAM BRAGA. Open Office: Calc & Writer .Rio de Janeiro: Alta Books, 2006.

_____. Informática elementar: Windows Vista + Excel 2007 + Word 2007. Rio de Janeiro: Alta Books. 2007.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Português Instrumental	Carga Horária:	60 horas
Competências			
<ul style="list-style-type: none">● Realizar leitura e compreensão de textos da área profissional.● Entender os níveis de linguagem e adequação linguística.● Relacionar a comunicação oral e escrita.● Compreender a Gramática aplicada.● Realizar redação técnica.			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
Unidade I: Leitura e Construção de Sentidos <ul style="list-style-type: none">● Comunicação, interação e linguagem;● Leitura analítica de textos variados (inclusive textos voltados à realidade do curso);● Níveis de linguagem: adequação linguística;● Construção dos sentidos - implícitos: pressuposição, inferência, subentendidos;● Conotação e denotação no discurso. Unidade II - Produção de Texto <ul style="list-style-type: none">● Entendimento de texto;● Tipologia textual;● A dissertação (enfoque argumentativo);● Parágrafo dissertativo padrão: características, organização de idéias e elaboração;● Coesão e coerência.		Unidade III: Atualização Gramatical <ul style="list-style-type: none">● Emprego das formas verbais;● Síntese de concordância e regência;● Coordenação e subordinação no discurso: valores semânticos das conjunções;● Pontuação;● Leitura e análise de textos Unidade IV: Redação Técnica <ul style="list-style-type: none">● Elaboração de documentos oficiais comuns a todos os cursos: requerimento, memorando, currículo, carta comercial;● Elaboração de textos necessários para o acadêmico / profissional de administração: correspondência administrativa (aspectos técnicos e adequação vocabular); edital	

Bibliografia Básica
<p>CESCA, Cleuza G. Gimenes. Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática. 5.ed. São Paulo: Summus, 2006.</p> <p>MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>PECORA, Alcir. Problemas de redação. São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p> <p>SALTON, Vanilda; e outros. Atividades de leitura e escrita. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.</p> <p>SARMENTO, Leila Lauer. Oficina de redação. Volume único. São Paulo: Moderna, 2009.</p>
Bibliografia Complementar
<p>BAKHTIN, Mikhail. A estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>CEGALLA, Domingos Paschoal. Nova Minigramática da Língua Portuguesa. São Paulo: IBEP Nacional, 2009.</p> <p>CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar; CLETO, Ciley. Interpretação de textos: construindo competências e habilidades em leitura. São Paulo: Atual, 2009.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.</p> <p>KASPARY, Adalberto José. Redação Oficial: normas e modelos. 17.ed. Porto Alegre: EDITA, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, José Paulo Moreira de. A redação eficaz. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p>

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente, Saúde e Segurança	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Matemática e Estatística Aplicada	Carga Horária:	60 horas

Competências	
<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar conhecimentos da Matemática aplicáveis na atividade técnica. ● Identificar diferentes representações e significados de números e operações no contexto social. ● Identificar, transformar e traduzir valores apresentados sobre diferentes formas de representação. ● Aplicar o conceito de função na modelagem de problemas e em situações cotidianas utilizando a linguagem algébrica, gráficos, tabelas e outras maneiras de estabelecer relações entre grandezas. ● Utilizar diferentes estratégias em situações que usem conceitos financeiros. ● Descrever através de funções o comportamento de fenômenos nas outras áreas do conhecimento de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. ● Aplicar o estudo dos pontos críticos de uma função quadrática na modelagem de situações-problema. ● Utilizar fundamentos da estatística como instrumento de avaliação e análise de dados experimentais aplicáveis na atividade técnica. 	
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)	
<p>Unidade I: Aritmética e Álgebra</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Equações de primeiro e segundo grau; ● Sistemas lineares com duas incógnitas; ● Razão e Proporção; 	<p>Unidade III: Matemática Financeira</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Acréscimos; ● Descontos; <p>Unidade IV: Introdução a Estatística</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Regra de três simples e composta; <p>Unidade II: Funções</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceituação de função; • Função polinomial do 1º e 2º grau; <ul style="list-style-type: none"> • Porcentagem; • Juros simples e juros compostos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estatística descritiva; • População e amostra; • Variável e Intervalos; • Medidas de tendência central- Média, mediana e moda; • Tabulação de dados e gráficos; • Medidas de dispersão- Amplitude Total, desvio médio, desvio padrão, variância;
Bibliografia Básica	
PAIVA, Manoel. Matemática Paiva. (vol. 1, 2, 3) - 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2009.	
BARROSO, J.M. (Ed.) Conexões com a matemática. (vol. 1, 2, 3) - 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2010.	
IEZZI, Gelson. [et al.]. Ciência e Aplicações. (vol. 1, 2, 3) - 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.	
Bibliografia Complementar	
LIMA, Elon Lajes [et al.]. A Matemática do Ensino Médio (vol. 1, 2, 3). Rio de Janeiro: SBM, 2008.	
IEZZI, Gelson [et al.]. Fundamentos de Matemática Elementar (vol. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11). São Paulo: Atual, 2005.	
MCGRANES, Angela; SMAILES, Joanne. Estatística Aplicada à Administração com Excel. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
RIBEIRO, Jackson. Matemática: Ciências, Linguagem e Tecnologia (vol. 1, 2, 3) - 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2012.	
SHIGUT & SHIGUT “Apostila de Estatística Avançada” Brasília – DF, Disponível em < http://www.inf.ufsc.br/~pssb/Download/Apostila5_INE5102_Quimica.pdf > acesso em 30/07/2014.	

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Inglês Instrumental	Carga Horária:	60 horas
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a leitura e interpretação de textos, científicos ou manuais, em língua inglesa; • Utilizar a língua inglesa, de forma básica e instrumental, nos processos de comunicações formais utilizados pela administração pública; • Empregar o inglês técnico no atendimento ao público, observando estruturas gramaticais básicas; • Analisar e aplicar as regras básicas que regem o emprego das formas verbais no presente, no passado e no futuro; 			

<ul style="list-style-type: none"> • Produzir pequenos textos em língua inglesa, construindo sentenças com os verbos de ação; • Comunicar-se em inglês com pronúncia e entonação apropriada para o nível básico. 	
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)	
<p>Unidade I: O processo de leitura em língua inglesa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos teóricos: conceitos e características; • Aspectos práticos: gênero e objetivos; • Vocabulário técnico aplicado à função. <p>Unidade II: Conscientização;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Palavras cognatas; • Informação não verbal; • Público alvo; • Aspectos estruturais. 	<p>Unidade III: Estruturas básicas da língua inglesa e estratégias de leitura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Simple Present; • Simple Future; • Simple Past; • Skimming; • Scanning. <p>Unidade IV: Leitura e produção oral e escrita;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estruturas básicas de atendimento ao público; • Cultura inglesa
Bibliografia Básica	
<p>MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental. Estratégias de Leitura. Módulo I. Programa Profissão, São Paulo 2003.</p> <p>Murphy, R. Essencial Grammar in Use. Cambridge: University Press, 1990.</p> <p>SASLOW, Joan. ASCHER, Allen. Top Notch. Fundamentals A. Pearson Education. NY. 2006.</p> <p>SOUSA, Adriana et al. Leitura em Língua Inglesa. São Paulo: Disal, 2005.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>BERTIN, Jean-Claude. O Inglês no transporte e na Logística. São Paulo: Aduaneiras. 2003.</p> <p>BROWN, D.H. Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy. New York: Addison Wesley Longman, Inc, 2001.</p> <p>DUTRA, D; MELLO, H. A. Gramática e o Vocabulário no Ensino de Inglês: Novas perspectivas. Belo Horizonte: FAL/POSLIN/UFMG, 2004.</p> <p>HEWINGS, Martin. Pronunciation tasks. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.</p> <p>SHUMACHER, Cristina. Guia de Pronúncia do Inglês para Brasileiros .11º impressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. Paulo: Disal, 2005</p>	

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Introdução ao Estudo do Meio Ambiente	Carga Horária:	60 horas

Competências			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito de meio ambiente e a sua caracterização; • Conhecer o histórico da discussão ambiental; 			

- Relacionar a Educação Ambiental com o processo de conservação dos recursos naturais do planeta;
- Identificar os aspectos de sustentabilidade relacionados ao desenvolvimento econômico da sociedade.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

Unidade I: Fundamentos de Meio Ambiente

- Conceito de meio ambiente
- Marcos da discussão ambiental
- Conferências e tratados internacionais
- Principais conflitos ambientais atuais
- Políticas ambientais

Unidade II: Educação ambiental

- Principais conceitos
- Histórico da educação ambiental
- Vertentes e diretrizes da educação ambiental
- Educação ambiental e sociedade

Unidade III: Meio Ambiente e Sustentabilidade

- Conceitos básicos de sustentabilidade
- Histórico
- População X recursos naturais X desenvolvimento econômico

Unidade IV: Conservação do meio ambiente

- ação antrópica
- Degradação X Conservação do ambiente
- Áreas Protegidas

Bibliografia Básica

BRASIL. Documento-Base da conferência Nacional do Meio Ambiente. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias. Comissão de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Educação Ambiental, pesquisa e desafios. Michele Sato e Isabel Carvalho (Orgs). Porto Alegre: Artmed, 2005.

MILLER, G. T. e SPOOLMAN, S. E. Ciência Ambiental. Tradução da 14^o edição norte americana. Cengage Learning, 2015.

Bibliografia Complementar

GORRESIO, R. L. Jornada de amor à terra: educação ambiental: ética e valores universais. Baueri, São Paulo: DISAL, 2011.

GUILLÉN, R.F. Ambiente e desenvolvimento sustentável. In. Menegart, Ronadl e Almeida, Gerson(orgs.) Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LIMA, F. G. C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Ecologia dos Ecossistemas	Carga Horária:	60 horas
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer os fundamentos da ciência Ecologia; ● Identificar os principais conceitos utilizados na ecologia; ● Caracterizar os ecossistemas e seus serviços ambientais; ● Compreender as interações entre os fatores bióticos e abióticos nos ecossistemas ● Analisar os ciclos ecológicos e os impactos oriundos das atividades antrópicas; ● Identificar os biomas aquáticos e terrestres, especialmente aqueles presentes no Brasil e no Amapá. 			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
<p>Unidade I:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conceito de Ecologia ● Histórico do pensamento ecológico ● A crise do modelo de sociedade urbano-industrial ● Importância da Ecologia no cotidiano ● Conceitos básicos em ecologia (População, Comunidade, Ecossistema, Biosfera, Hábitat, Nicho ecológico) ● Princípios da Ecologia (Interdependência, Sustentabilidade, Fluxo de energia, Cadeias e teias alimentares, Ciclos ecológicos, Coevolução, Diversidade) <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conceito de ecossistema ● Estrutura de funcionamento dos ecossistemas ● Princípios de gestão de ecossistemas ● Serviços ecossistêmicos ● Impactos antrópicos sobre os serviços ecossistêmicos ● Dinâmica das populações nos ecossistemas 		<ul style="list-style-type: none"> ● Relações ecológicas ● Sucessão ecológica <p>Unidade III:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Definição de ciclos ecológicos ● Características dos ciclos ecológicos ● Ciclo hidrológico ● Ciclo do carbono ● Ciclo do nitrogênio ● Ciclo do oxigênio ● Ciclo do enxofre ● Ciclo do fósforo <p>Unidade IV:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Definição de biomas ● Biomas aquáticos ● Biomas terrestres ● Ecótono ● Ecologia de paisagens ● Fragmentação de Ecossistemas 	
Bibliografia Básica			
<p>BEGON, M.; TOWNSEND, C.R. e HARPER, J.L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas: 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>BRANCO, Samuel Murgel. Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Blucher, 1999.</p>			

RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. Tradução Pedro P. de Lima-e-Silva, Patrícia Mousino. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2009.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M. e HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia: 3ª ed. Porto Alegre: Artemed, 2010.

Bibliografia Complementar

MOTA, J.A. O valor da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ODUM, Eugene P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PEIXOTO, A. L.; LUZ, R. J. P. e BRITO, M. A. Conhecendo a biodiversidade. Brasília: MCTIC, CNPq, PPBio, 2016.

RAMBALDI, D. M e OLIVEIRA, A. D. S. Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: MMA/SBF, 2003.

ROSS, J. Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficinas de textos, 2009.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo I
Componente Curricular:	Direito ambiental	Carga Horária:	60 horas

Competências

- Conhecer a teoria geral do Direito Ambiental e o bem jurídico ambiental;
- Dominar o direito subjetivo ao meio ambiente como direito fundamental, dano Ambiental e as responsabilidades administrativa, civil e penal;
- Compreender o Direito Ambiental Positivo;
- Conhecer noções de Direito Constitucional Ambiental, Direito Administrativo Ambiental, Direito Penal Ambiental e o Direito Ambiente Internacional Ambiental;
- Conhecer os instrumentos processuais de proteção do Ambiente.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

<p>Unidade I - Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Aspectos Gerais ● História da legislação brasileira ● As Constituições Brasileiras e o Meio Ambiente ● Conceitos e definições ● Natureza Jurídica ● Fontes do Direito Ambiental ● Relações com as demais ciências e características ● Princípios ambientais. ● Conferências ambientais e o Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Sistemas de Repartição de Competências ● O Sistema da Constituição de 1988 ● Regras Gerais ● Incumbência do Poder Público ● Competência da União ● Competência Comum ● Competência Concorrente ● Competência dos Estados ● Competências dos Municípios <p style="text-align: center;">Unidade IV – Política Nacional do Meio Ambiente</p>
--	--

<p>Unidade II – Sistema constitucional de repartição de competências ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distinção entre sistemas de repartição de competências ambientais: legislativa e administrativa; • Da repartição de competências ambientais material: União, Estados Município (regras gerais). Da discussão acerca do poder de licenciar. • Da repartição de competências ambientais legislativas; • Do poder regulamentar ambiental. <p>Unidade III – Competências ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Forma do Estado Brasileiro • Repartição de competências 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Nacional do meio Ambiente • A Colegialidade nos Órgãos Ambientais • Competência dos Organismos Colegiados Ambientais Brasileiros • Composição dos Organismos Colegiados Ambientais Brasileiros • O Meio Ambiente na Administração Federal • Instrumentos da política Nacional do Meio Ambiente • Procedimentos Administrativos • Zoneamento Ambiental • Estudo Prévio de Impacto Ambiental • Licenciamento Ambiental • Auditoria Ambiental • Financiamento e Meio Ambiente
---	---

Bibliografia Básica

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FIORILLO, Celso Antonio P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2007.

BENJAMIN, Antonio Hernan, Dano Ambiental, Prevenção, Rearação e Repressão, São Paulo, RT;

Bibliografia Complementar

CORRÊA, Eliseu de Moraes, Responsabilidade Civil por Danos ao Meio Ambiente, Curitiba, UFPR, Dissertação de Mestrado;

DIAS, Edna Cardozo. Manual de Direito Ambiental Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Melhoramentos, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. Desmatamento e modos de vida na Amazônia. São Paulo: NUPAUB, 1999.

FREITAS, Vlademir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. Crimes contra a natureza. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais.

MILARÉ, Édis, BENJAMIN, Antonio Herman V.. Estudo prévio de impacto ambiental. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LOVELOCK, James. A vingança de gaia. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Geologia e Geografia Ambiental	Carga Horária:	60 horas
Competências			

- Compreender os conceitos básicos de Geologia e Geografia Ambiental;
- Relacionar o estudo dos minerais e rochas do ambiente com o estudo do meio ambiente;
- Entender os conceitos de intemperismo e erosão e suas influências no ambiente;
- Conhecer o ciclo hidrológico.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

Unidade I: Introdução ao estudo da Geologia

- Conceito e Classificação
- O Sistema Terra
- Forma e dimensões
- Volume e Peso
- Densidade média
- Temperatura e gradiente geotérmico
- Campo magnético
- Campo Gravitacional
- Estrutura interna: Crosta, Manto e Núcleo
- Tempo Geológico

Unidade II: Minerais e rochas

- Conceitos de Minerais
- Estrutura cristalina
- Sistemas cristalinos
- Classes mineralógicas
- Propriedades físicas
- As Rochas
- Ciclo das rochas

- Rochas ígneas
- Rochas metamórficas
- Rochas sedimentares
- Perturbações nas rochas

Unidade III: Intemperismo e erosão

- Conceito
- Tipos de intemperismo e erosão
- Formação do Solo
- Horizontes do solo
- Classificação dos solos

Unidade IV: Ciclo hidrológico

- Águas superficiais
- Rios, lagos, lagoas e lagunas
- Estuários e deltas
- Região costeiras
- Regiões marinhas
- Águas subterrâneas
- Formas de acumulação de água subterrânea
- Tipos de aquíferos

Bibliografia Básica

CHRISTOFOLETTI, A.. Modelagem de Sistemas Ambientais. Editora Edgard Blücher. 2004.

FLORENZANO, T. G. Iniciação em sensoriamento remoto. São Paulo: Oficina de Textos, 2a ed., 2007.

FRANK, Press (et al) Para entender a Terra. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

RESENDE, M; CURTI, N; DE RESENDE, S. B. e CORRÊA, G. F. Pedologia: base para distinção de ambientes. 5. ed. Ver. Lavras: Editora UFLA, 2007.

SALGADO-LABOURIAU, M. L. História Ecológica da Terra. Editora Edgard Blücher LTDA. São Paulo. 1994.

TEIXEIRA, Wilson (et al). Decifrando a Terra. 2ª ed. SP: Companhia Editora Nacional, 2009. Bbibliografia Básica.

Bibliografia Complementar

AMARAL, Sérgio E. LEINZ, Viktor, Geologia Geral, 6 ed., São Paulo, Editora Nacional, 1975.

BRANCO, S. M. & ROCHA, A. A. Elementos de Ciências do Ambiente. São Paulo: CETESB, 1987. Fitz, P.R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

COCKELL, Charles. Traduzido por: Gonçalves, Sílvia H. Sistema Terra-vida – Uma Introdução – p.48; 1ª edição São Paulo; Oficina de Textos. 2011.

GUERRA, Antonio José Teixeira; GUERRA, Antonio Teixeira. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. 1ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2011.

SILVA, A. B. Sistemas de informações Geo-referenciadas: conceitos e fundamentos. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2003.

VITTE, Antonio Carlos; GUERRA, Antonio José Teixeira (org). Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil. RJ: Bertrand Brasil, 2004.

WICANDER, R. MONROE, J.S. Revisão Técnica: Maurício Antônio Carneiro. Fundamentos de Geologia. Ed. CENCAGE, Learning, São Paulo. 508p. 2009

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Metodologia do Trabalho Científico	Carga Horária:	60 horas

Competências

- Articular comunicação técnica com expressão escrita em língua portuguesa;
- Adquirir perfil de pesquisador;
- Conhecer as responsabilidades éticas e sociais na pesquisa;
- Desenvolver pensamento crítico técnico científico;
- Interpretar o conhecimento, a ciência e a pesquisa;
- Desenvolver trabalhos científicos de acordo com o rigor exigido;
- Preparar, aplicar e avaliar técnicas de apresentação;
- Cadastrar, buscar e atualizar o currículo na plataforma lattes;
- Elaborar um projeto de pesquisa.

Base Científica e Tecnológica

<p>Unidade I: Importância da Ciência, Pesquisa e Conhecimento no Cotidiano</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conhecimento: Conceito. Tipos. Conhecimento empírico (popular). Conhecimento filosófico. Conhecimento teológico. ● Conhecimento artístico. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Resumo. ● Resumo indicativo. ● Resumo informativo ● Resumo informativo/indicativo. ● Resumo crítico – resenha ou resenha crítica.
---	---

<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento técnico. Conhecimento científico • Ciência: Aspectos gerais. Serendipidade. Principais casos. Classificação das ciências <p>Unidade II: Métodos e Textos Científicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Método da observação. • Método indutivo. • Método dedutivo. Método experimental. Método da diferença • Pesquisa: Modalidades de Pesquisa. Pesquisa exploratória. Pesquisa teórica. Pesquisa aplicada. Tipos de pesquisa. Pesquisa bibliográfica. • Pesquisa descritiva. • Pesquisa experimental • Plataforma Lattes • Textos científicos: Projeto de pesquisa: Relatório de pesquisa, ou técnico científico. Monografia. Dissertação. Tese. 	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo científico Comunicação científica. • Redação técnica. Característica. Tautologia <p>Unidade III: Projeto de Pesquisa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceito. • Dados de identificação, título, tema, problema. • Hipótese. • Objetivos. Geral. Específicos. • Justificativa. • Leitura Prévia. • Metodologia. • Técnica de coleta de dados. Cronograma. • Orçamento. • Literatura citada. • Execução do projeto de pesquisa. Reaplicação do teste de sondagem.
Bibliografia Básica	
<p>ANDRADE, M.M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 10ª Ed. Atlas: São Paulo - 2010 176p</p> <p>CASTRO, C. M. A prática da Pesquisa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.</p> <p>LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. Técnicas de Pesquisa. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. Metodologia de pesquisa. 5.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>CHASSOT, Á. A ciência através dos tempos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 280 p.</p> <p>FIGUEIREDO, N.M.A. Método e metodologia na pesquisa científica. 3ª Ed. Yendis: São Paulo. 2009. 256p.</p> <p>ISKANDAR, J. I. Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos. 2 ed. Juruá, 2008.</p> <p>LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. 225 p.</p> <p>MARQUES, C.T.B.; SILVA, F.N.S.; SOUZA, M.F.S.S.; KAHLMEYER-MERTENS, R.S. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 140p.</p> <p>PINHEIROS, J.M.S. Da Iniciação Científica ao TCC: uma Abordagem para os Cursos de Tecnologia. 1 ed. São Paulo: Ciência Moderna, 2010. 184p</p> <p>VOLPATO, G. L. Dicas para redação científica. 3. ed. ampl. rev. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010. 152 p.</p>	

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Química Ambiental	Carga Horária:	60 horas

Competências

- Compreender o conceito de química ambiental;
- Identificar os principais componentes químicos poluidores da água, do ar e do solo;
- Conhecer os processos de poluição química do ambiente.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

Unidade I: Introdução à Química Ambiental

- Conceitos gerais
- Ciclos biogeoquímicos

Unidade II: Química da Água e Conceitos de Poluição ou Principais Problemas Ambientais.

- Composição Química;
- Influência de parâmetros termodinâmicos e cinéticos;
- Precipitações e Dissoluções;
- Oceanos: formação e constituintes da água do mar. Gases dissolvidos. Estuários;
- Poluição da água;
- Principais fenômenos poluidores da água: Contaminação, Eutrofização, Assoreamento, Acidificação;
- Uso de organismos como indicadores de qualidade de água;
- Efeitos de parâmetros físico-químicos na mobilidade e biodisponibilidade de poluentes aquáticos;
- Ecotoxicologia.

Unidade III: Química da Atmosfera e Conceitos de Poluição ou Principais Problemas Ambientais.

- Composição da atmosfera (balanço de massa dos gases atmosféricos);
- Evolução de atmosferas primitivas;
- Reações de interesse na atmosfera: ciclos

- Fontes energéticas e desenvolvimento sustentável.

- Poluição da atmosfera;
- Características dos poluentes;
- Processos de emissão;
- Efeitos dos poluentes (efeito estufa, inversão térmica, chuva ácida, nevoeiro fotoquímico, destruição camada de ozônio).
- Controle de emissões atmosféricas: equipamentos e legislação;
- Tratado de Kioto;
- Mercado de carbono.

Unidade IV: Química do Solo e Conceitos de Poluição ou Principais Problemas Ambientais.

- Origem dos solos;
- Composição: fase sólida, líquida e gasosa.
- Classificação e Perfil
- Propriedades físicas e químicas (capacidade de troca catiônica, acidez total e trocável);
- Interações solo-planta;
- Usos dos solos.
- Manejo de solo e atividades antrópicas.
- Danos ao solo (físicos, químicos e biológicos).

atmosféricos; <ul style="list-style-type: none"> • Estratificação da atmosfera • Unidades de concentração de gases; • Fontes de emissões naturais e antropogênicas; • Estratificação da atmosfera; • Unidades de concentração de gases; • Fontes de emissões naturais e antropogênicas; • Fontes energéticas e desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Mecanismos de contaminação. • Técnicas de remediação de solos contaminados. • Resíduos. • Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e industriais. • O conceito dos 3rs.
---	--

Bibliografia Básica

ATKINS, P; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente. 3ª ed., Porto Alegre. Bookmann, 2006.

BAIRD, C. Química Ambiental. 2ª ed. São Paulo: Bookman, 2002.

MACEDO, J.B. Introdução à química ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ROCHA, J.L.; ROSA, A.H.; CARDOSO, A. A. Introdução à química ambiental. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar

BRANCO, S.M., MURGEL, E. Natureza e Agroquímicos. 14ª ed., São Paulo: Moderna, 1990.

BRANCO, S.M., MURGEL, E. Poluição do Ar. São Paulo: Moderna, 1999. Cadernos temáticos de Química Nova da Escola. Química Ambiental, no 1, SBQ, Belo Horizonte, 2004.

CARVALHO, G.C.; SOUZA, C.L. Química de olho no mundo do trabalho. Editora Scipione, 2000.

KAGEYAMA, P. E F. B. GANDARA. Revegetação de Áreas Ciliares. Páginas: 02-24 em R. R. Rodrigues, e H. F. Leitão-filho. Matas Ciliares: Conservação e Recuperação. São Paulo: Editora da USP/ FAPESP, 2000.

SOLOMONS, T. W. G. Química orgânica. Rio de Janeiro: LTC, 2007. - v. 1 e 2.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	Carga Horária:	60 horas

Competências

- Conhecer as principais Políticas Públicas relacionadas ao meio ambiente;
- Identificar os conceitos de Estatuto da Cidade, Plano Diretor e a função social do espaço urbano;
- Relacionar os conceitos de Políticas Urbanas de Saneamento, Habitação e Responsabilidade Socioambiental.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

Unidade I: <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos Básicos de desenvolvimento • Crescimento x Desenvolvimento • Determinantes do desenvolvimento 	Unidade III: <ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas • Público e privado • Público e estatal
---	--

<ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento nas visões clássica e neoclássica • Desenvolvimento e inovação – A visão de Schumpeter • Teoria do capital humano <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento local • Teoria do desenvolvimento endógeno • Capital Social e Desenvolvimento • Os atores do desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Público e governamental. • Globalização • Descentralização e concentração de poder • Democratização das relações entre Estado e Sociedade <p>Unidade IV:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Econômico-social e Inclusão Produtiva. • Desenvolvimento sustentável: o global e o local; • Agendas locais e globais; • O papel dos movimentos sociais nas agendas locais e globais.
---	--

Bibliografia Básica

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

MACHADO, P. A. L.. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2009.

MEDAUAR, Odete. Coletânea de legislação de direito ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, 3. ed.

SINGER, Peter. Ética prática. Lisboa: Geradiva, 2004.

Bibliografia Complementar

HELU, W. V. & MATTAR, E. O. Aspectos da Política Ambiental Integrada. São Paulo: Editora Letras Jurídicas. 2009.

MACHADO, Jeane da Silva. A solidariedade na responsabilidade ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.

MANCUSO, R. C. Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

SIRVINKAS, L. P. Manual de Direito Ambiental. 8 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2010.

WAINER, A. H. Legislação Ambiental Brasileira – Subsídios para a História do Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

Curso:	Técnico em meio ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Ética e Meio Ambiente	Carga Horária:	60 horas

• Competências

- Relacionar os conceitos de Eticidade, Moralidade, Legalidade e Deontologia;
- Compreender os princípios básicos da Bioética;
- Conhecer os direitos individuais, coletivos, e sociais do indivíduo;
- Entender os princípios da sustentabilidade.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)	
<p>Unidade I: Introdução à ética ambiental;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos da ética e da moral; ● Noção de ética e moral; ● Finalidade da vida moral; ● Ética ambiental: para uma nova epistemologia; ● Epistemologia e saber ambiental; ● Perspectivas para a construção de uma ética ambiental; ● Os princípios da ética ambiental: caminhos para uma teoria; ● Epistemologia: aos termos; ● Epistemologia e ambiente; <p>Unidade II: Sociedade e ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ética ambiental e dilemas modernos; ● A invenção da modernidade; ● Iluminismo; ● Racionalidade instrumental; ● Antropocentrismo, biocentrismo e especismo; ● Crise ambiental: as consequências da modernidade; ● Humanidade e o progresso; ● Consequências socioambientais; ● Ética ambiental: uma discussão internacional; ● Conferências e encontros interinstitucionais; 	<p>Unidade III: Economia e meio ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Economia e aspectos gerais; ● O ambiente na economia: um panorama geral; ● Economia e ambiente: perspectivas teóricas; ● Ecomarxismo; ● Economia ambiental; ● A economia ecológica; ● Sustentabilidade e desenvolvimento; ● Desenvolvimento para liberdade; ● Desenvolvimento sustentável/sustentabilidade; ● Desenvolvimento sustentável; ● Ecologismo dos pobres; ● Desenvolvimento sem crescimento; <p>Unidade IV: Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Sustentabilidade: a questão do objeto e do discurso; ● Sustentabilidade e o discurso no setor econômico; ● Mercado verde e a cidadania; ● Sustentabilidades e discussões correlatas; ● Bioética; ● Bioética e a declaração.
Bibliografia Básica	
<p>BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>CAPRA, F. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.</p> <p>SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.</p> <p>TRINDADE, A. A. C. Direitos humanos e meio ambiente: Paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1993.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>ARENT, H. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.</p> <p>MACHADO, P.A.L. Direito ambiental brasileiro. Ed. RT, 2007.</p>	

SANTOS, B. S. Para um novo censo comum: a ciência, o direito e política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2005.

TOFFLER, A. A TERCEIRA ONDA. Rio de Janeiro: Record, 1980.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo II
Componente Curricular:	Gestão Integrada de Resíduos	Carga Horária:	60 horas
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os princípios básicos de gestão integrada de resíduos; ● Conhecer a legislação a respeito da gestão de resíduos; ● Identificar os principais estudos de impacto do meio ambiente; ● Entender as etapas para elaboração do Plano de Gestão de Resíduos. 			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
<p>Unidade I: Introdução geral.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Noção de resíduos/definições. ● Ciclo de resíduos e estratégias de gerenciamento. ● Situação nacional, estadual e local. ● Legislação em vigor. ● Normalização. ● Características dos resíduos urbanos: Composição, umidade, densidade, PCS e PCI, relação C/N. <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos ● Tipos de modelos (convencional e participativa) ● Atividades técnico-operacionais do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos ● Resíduos sólidos hospitalares. ● Legislação em vigor. ● Principais categorias de resíduos. ● Coleta intra-hospitalar. 		<p>Unidade III: Aterro Sanitário.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Estudo de impacto: metodologia. ● Diferentes tipos de aterro. ● Resíduos admissíveis. ● Métodos de execução. ● Instalações. ● Teoria da degradação dos resíduos. ● Geração e produção de efluentes. ● Coleta e tratamento do biogás e dos líquidos percolados. ● Monitoramento. ● Utilizações posteriores das áreas. ● Considerações sobre custo <p>Unidade IV: Etapas para a elaboração do Plano de Gestão de Resíduos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Geração. ● Segregação. 	

<ul style="list-style-type: none"> • Operações de triagem. • Transporte e estocagem. • Pré tratamentos e Tratamento final. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manuseio. • Coleta. • Armazenamento. • Transporte. • Tratamento. • Disposição Final
---	--

Bibliografia Básica

CASSINI, S. T. Gestão dos resíduos sólidos orgânicos e aproveitamentos do biogás. ABES. 2003.
 CASTILHOS JR. A. B. Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. ABES. 2006.
 GOMES, L. P. Estudos e características e tratabilidade de lixiviados. ABES 2009.
 LIMA, J. D. Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal. ABES. 2003.
 PHILIPPI Jr. A. Saneamento, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: ABES, 2004.

Bibliografia Complementar

ADLER, R. et. al. Reciclagem: Mito e Realidade.
 ABES. D'ALMEIDA, M.L.O; VILHENA, A. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.
 LIMA, L. M. Q. Lixo: tratamento e biorremediação. São Paulo: Hemus, 1995.
 MANUAL de Reciclagem: coisas simples que você pode fazer. 2. ed. Trad. Outras Palavras. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
 PEREIRA, J. A. R. Saneamento ambiental em áreas urbanas. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Sistema de Gestão Ambiental	Carga Horária:	60 horas

Competências

- Compreender o conceito de Gestão Ambiental;
- Identificar as principais transformações empresariais e tecnologias de gestão relacionadas à gestão ambiental;
- Conhecer as ferramentas de Gestão Ambiental.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

<p>Unidade I: Evolução da questão ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desafios do século XXI • Pressões Ambientais e principais indutores • Consumo Consciente <p>Unidade II: Transformações Empresariais e Tecnologias de Gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento Conceitual 	<p>Unidade III: Aplicação Prática</p> <ul style="list-style-type: none"> • Normas de SGA • Requisitos do SGA com base na 14001 <p>Unidade IV: Gestão Integrada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vantagens de um SGI • Normas que compõem um SGI • Mecanismos de Transparência e Divulgação
--	---

<ul style="list-style-type: none"> ● Ferramentas de Adesão de Gestão Sócio ambientalmente responsável ● Ferramentas de monitoramento da Gestão sócio ambientalmente responsável ● Alianças e parcerias sustentáveis 	
Bibliografia Básica	
<p>ALMEIDA, J. R. et al. Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Thex ED., 2006.</p> <p>BRAGA, B. Introdução à engenharia ambiental. O desafio do desenvolvimento sustentável. Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>DIAS, R. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Editora Atlas. 2006.</p> <p>LA ROVERE, E. L. Manual de Auditoria Ambiental. Editora Qualitymark. 2001.</p> <p>MOREIRA, M. S. Pequeno Manual de Treinamento em Sistema de Gestão Ambiental. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2005.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>ABNT - ISO 14.001 – Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e Diretrizes para Uso. Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <p>ALBUQUERQUE, de L. A. et al. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: Conceitos, Ferramentas e Aplicações. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>ALMEIDA, J. R. Normalização, Certificação e Auditoria Ambiental. Rio de Janeiro: Editora Thex. 2008.</p> <p>ASSUMPÇÃO, L. F. J. Sistema de gestão ambiental: manual prático para implementação de SGA e certificação ISO 14.001/2004. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.</p> <p>BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2.ed.São Paulo: Saraiva, 2007.</p>	

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Recuperação de áreas degradadas	Carga Horária:	60 horas
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender o conceito de área degradada; ● Identificar ações de recuperação de áreas degradadas. 			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
Unidade I: Noções básicas essenciais sobre áreas degradadas <ul style="list-style-type: none"> ● Áreas degradadas e recuperação de áreas degradadas; ● Recursos naturais e solo; ● Áreas áridas, semiáridas e subúmidas; ● Impactos ambientais, passivos ambientais e poluição ambiental; ● Impactos ambientais e poluição ambiental; 		Unidade III: Planejamento da recuperação <ul style="list-style-type: none"> ● Planejamento da recuperação e PRAD; ● Técnicas de recuperação; ● Classificação e processo <i>in-site</i>; ● Processo on-site e processo <i>off-site</i>; ● Bioengenharia e método de estacas vivas; ● Método de caniçadas vivas; ● Camadas de ramos ou vassouras 	

<ul style="list-style-type: none"> ● Passivo ambiental e degradação ambiental; ● Causas da degradação dos solos; ● Os fatores causadores; ● Desmatamento e superexploração da vegetação; ● Deterioração física; ● Extensão e impacto da degradação <p style="text-align: center;">Unidade II: Levantamento histórico geral</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Levantamento histórico específico do caso; ● Dados hidrológicos e dados meteorológicos; ● Levantamentos em campo e métodos e técnicas aplicáveis; ● Amostragem e quantidade dos pontos amostrados; ● Profundidade dos pontos amostrados; ● Quantidade de amostras e testes em laboratório; ● Análise química e análise física; <p>Avaliação da periculosidade;</p>	<p><i>(brushlayering)</i>;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Critérios para escolha dos métodos de bioengenharia; ● Escolha da técnica de recuperação; ● Medidas de segurança e remanejamento; ● Sistema de barreiras e imobilização de substâncias nocivas; <p style="text-align: center;">Unidade IV: Ações de recuperação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Processos biológicos (biorremediação) e método landfarming; ● Método leiras de regeneração; ● Processos térmicos e processos de alta temperatura; ● Processos de baixa temperatura e processos de lavagem do solo; ● Processos de sucção de ar do solo e estudo de caso: bioengenharia; ● História da bioengenharia e vantagens dos métodos biotécnicos;
Bibliografia Básica	
<p>ARAÚJO, G. H. DE S.; ALMEIDA, J. R. DE; GUERRA, A. J. T. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.</p> <p>DURLO, M. A. ; SUTILI, F. J. Bioengenharia: manejo biotécnico de cursos de água. Porto Alegre: Porto Alegre: EST Edições, 2005, 198 p.</p> <p>RODRIGUES, D; MOERI, E. Áreas contaminadas remediação e revitalização. 3 ed. São Paulo: 2007</p> <p>SÁNCHEZ, Luis Enrique. Desengenharia: o passivo ambiental na desativação de empreendimentos industriais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>CAIRNS, Jr.. Aumento da diversidade através da restauração de ecossistemas danificados. (In) Biodiversidade. Wilson, E. O. (Org.). Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ, 1997</p> <p>IBAMA “Manual de Recuperação de Áreas Regradadas pela Mineração: técnicas de revegetação, Brasília, 1990.</p> <p>VALCARCEL,R. & D'ALTÉRIO,C.F. Medidas físico-biológicas de recuperação de áreas degradadas: avaliação das modificações edáficas e fitossociológicas. Floresta e Ambiente. Vol. 5, 1998</p> <p>KAGEYAMA, P. E F. B. GANDARA. Revegetação de Áreas Ciliares. Páginas: 02-24 em R. R. Rodrigues, e H. F. Leitão-filho. Matas Ciliares: Conservação e Recuperação. São Paulo: Editora da USP/ FAPESP, 2000</p> <p>MARTINS, S.V. (Ed.) Restauração ecológica de ecossistemas degradados. Viçosa: Editora UFV, 2012, 293p.</p> <p>MARTINS, S. V. Recuperação de áreas degradadas: ações em Áreas de Preservação Permanente, voçorocas, taludes rodoviários e de mineração. Viçosa: Editora Aprenda Fácil, 2013, 264p.</p>	

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Parâmetros de Qualidade Ambiental	Carga Horária:	60 horas
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os conceitos de qualidade ambiental; ● Identificar os parâmetros de qualidade da água, do ar e de resíduos sólidos; ● Conhecer os principais tipos de emissões atmosféricas industriais. 			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
<p style="text-align: center;">Unidade I: Conceitos de Qualidade Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Histórico ● Ecologia e Poluição Ambiental ● Desenvolvimento Sustentável ● Conservação e Preservação ● Atuação responsável ● Educação Ambiental ● Conscientização Ambiental ● Ciclo de Vida de Produto ● Dificuldades da Gestão Ambiental de Resíduos Laboratoriais ● Métodos de Eliminação 		<p style="text-align: center;">Unidade III: Qualidade do Ar e Emissões Atmosféricas Industriais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Amostragem de ar e emissões atmosféricas: objetivos, planejamento, execução ● Parâmetros de qualidade do ar: gases e vapores, névoas e neblinas ● Parâmetros de qualidade do ar: material particulado ● Emissões atmosféricas de fontes fixas: gases e vapores, névoas e neblinas ● Emissões atmosféricas de fontes fixas: material particulado ● Avaliação dos resultados de monitoramento; IQAr 	
<p style="text-align: center;">Unidade II: Qualidade da Água e Efluentes Líquidos Industriais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Amostragem de água e efluentes: objetivos, planejamento, execução ● Parâmetros biológicos ● Parâmetros físicos e físico-químicos ● Parâmetros químicos ● Avaliação dos resultados de monitoramento; autodepuração, IQA 		<p style="text-align: center;">Unidade IV: Parâmetros de Resíduos Sólidos Industriais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Classificação dos RSI ● Caracterização dos RSI ● Avaliação dos resultados de monitoramento 	

Bibliografia Básica
BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; et al. Introdução à Engenharia Ambiental. 2º Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 318p. 2005.
KOTZ, J.; TREICHEL, P.M. e WEAVER, G. C. Química Geral e Reações Químicas. Vol. 1 e 2 . 6aed. Editora Cengage Learning, 2011.
MACEDO, J.A.B. Métodos Laboratoriais de Análises Físico-Químicas e Microbiológicas. 3. ed. Belo Horizonte: Macêdo, 2005.
Bibliografia Complementar
PHILIPPI JR.,A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. Curso de Gestão Ambiental. Barueri/SP. Editora Manole Ltda., 2004
ROCHA, J.C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. Introdução à química ambiental. Porto Alegre: Bookman, 2004.
RUSSEL, J.B., Química Geral 2ed., Ed. Mc Graw Hill, São Paulo/SP, 1994, Vol. 1 e 2.
SALOMÃO, A.S. e DE OLIVEIRA, R. Manual de Análise físico-química de águas de abastecimento e residuárias. Campina Grande: Ed. o autor, 2001.
SPIRO, T.G. & STIGLIANI, W.M. Química Ambiental. 2a edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Gestão de Recursos Hídricos	Carga Horária:	60 horas

Competências	
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os conceitos básicos de recursos hídricos; ● Entender os principais processos relacionados à gestão dos recursos hídricos; ● Conhecer a legislação relacionada à gestão dos recursos hídricos. 	
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)	
<p>Unidade I: Hidrologia aplicada</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Disponibilidade e demanda hídrica no Brasil e no Mundo ● Ciclo hidrológico ● Precipitação. Interceptação. Evaporação e evapotranspiração ● Infiltração e armazenamento no solo ● Escoamento superficial ● Fluxo subterrâneo <p>Unidade II: Drenagem urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Hidrologia aplicada a drenagem urbana. ● Controle de cheias urbanas; qualidade das águas urbanas. 	<p>Unidade IV: Recursos hídricos: aspectos legais e institucionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos da gestão de recursos hídricos. ● Características dos recursos hídricos e usos da água. ● Legislação para uso dos recursos hídricos. ● Outorga de direito e cobrança pelo uso da água. <p>Unidade IV: Gestão e manejo de bacias hidrográficas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Poluição hídrica, qualidade da água e monitoramento ● Diagnóstico e adequação ambiental de bacias hidrográficas.

<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas hidráulicas de águas pluviais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento e manejo de mananciais em meio rural. • Funcionamento e organizações de comitês. Sistema de fiscalização.
Bibliografia Básica	
<p>BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. O ouro azul: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2003.</p> <p>_____. Água, pacto azul: a crise global da água e a batalha pelo controle da água potável no mundo. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2009.</p> <p>PERELLA, Ricardo. O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p> <p>SILVEIRA, André L.L. da. Ciclo hidrológico e a bacia hidrográfica. In: Hidrologia: ciência e aplicação. Organizado por Carlos M. Tucci. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS: ABRH, 2000.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>BRASILIA, Senado Federal. Código de águas: e legislação correlata. Brasília Senado Federal: 2003.</p> <p>CLARKE, Robin; KING, Jannet. O atlas da água: o mapeamento completo do recurso mais precioso do planeta. Tradução de Ana Maria Quirino. São Paulo: Publifolha, 2005.</p> <p>SCHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antônio Fernandes Monteiro. Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações. Ilhéus, Bahia: Editus, 2002.</p> <p>VIEGAS, Eduardo Coral. Visão jurídica da água. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.</p> <p>VILLIERS, Marq de. Água como o uso deste precioso recursos natural poderá acarretar a mais séria crise do século XXI. Tradução José Kocerginsky. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.</p>	

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Economia Ambiental	Carga Horária:	60 horas
Competências			
<ul style="list-style-type: none"> • Entender as noções básicas de economia, microeconomia e macroeconomia; • Relacionar os conceitos de economia, meio ambiente e sustentabilidade. 			
Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)			
<p>Unidade I: Introdução à economia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Métodos de investigação • A relação da economia com outras ciências • Objeto da economia • Elementos de uma economia capitalista <p>Unidade II: O relacionamento da economia com o meio ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> • O valor dos bens ambientais 		<p>Unidade III: Economia, meio ambiente e sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Economia do meio ambiente • O papel da economia na gestão ambiental • Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural • Princípio Poluidor Pagador/PPP e a gestão de recursos hídricos: a experiência europeia e brasileira 	

<ul style="list-style-type: none"> • Agentes da obtenção da qualidade ambiental • Análise de custo/benefício • Os principais problemas ambientais brasileiro. 	<p style="text-align: center;">Unidade IV: Valoração ambiental e instrumentos econômicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pressupostos da valoração dos recursos naturais • Valoração dos recursos naturais • Instrumentos Econômicos
--	---

Bibliografia Básica

BROWN, Lester R. Eco-Economia: construindo uma economia para a terra. Salvador/BA, Ed. UMA. 2003. 368 p.

LAVILLE, Elisabeth. A empresa verde. São Paulo: ÔTE, 2009.

MANKIW, N. G. Introdução à Economia. Trad. Allan Vidigal Hastings. 3ª edição. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. Economia Ambiental: aplicações, políticas e teoria. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

Bibliografia Complementar

CECHIN, Andrei. A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas. Georgescu-Roegen. São Paulo: Ed. Senac/SP – Edusp, 2010. 264p.

DASGUPTA, Partha. Economia – série essencial. São Paulo: Ática, 2008.

MAKOWER, J. **A Economia Verde**. Descubra as oportunidades e os desafios de uma era dos negócios. São Paulo. 2009.

MORAES, Orozimbo José de. Economia ambiental: instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed. Centauro, 2009.

MOTTA, R. S. **Economia Ambiental**. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 2006.

OLIVEIRA, R. G. Economia do meio ambiente. In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A .S. (Orgs.). Manual de economia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

Curso:	Técnico em Meio Ambiente	Forma:	Subsequente
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde	Período Letivo:	Módulo III
Componente Curricular:	Licenciamento Ambiental	Carga Horária:	60 horas

Competências

- Compreender os principais processos de licenciamento ambiental;
- Relacionar a legislação ambiental com os processos de licenciamento existentes;
- Conhecer a política nacional de meio ambiente.

Base Científica e Tecnológica (Conteúdo)

<p style="text-align: center;">Unidade I: Introdução ao Direito Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Histórico. • Conceituação • Fontes do Direito • Hierarquia das normas 	<p style="text-align: center;">Unidade III: Responsabilidade por danos Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição • Responsabilidade Civil • Responsabilidade Pena • Responsabilidade Administrativa
---	--

<ul style="list-style-type: none"> ● Repartição de Competências 156 ● Princípios do Direito Ambiental ● Direito Difuso e Coletivo <p>Unidade II- Política Nacional do Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Noções Introdutórias ● Conceitos Legais ● Sistema Nacional de Meio Ambiente –SISNAMA ● Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente 	<p>Unidade IV: – Leis de Crimes Ambientais e Licenciamento Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Disposições Gerais ● Aplicação da Pena ● Dos crimes contra o Meio Ambiente ● Disposições Legais Gerais do Licenciamento Ambiental ● Licença Prévia ● Licença de Instalação ● Licença de Operação
Bibliografia Básica	
<p>BRASIL. Lei Federal 6.938 de 1981. Presidência da República. Brasília.</p> <p>_____. Ministério do Meio Ambiente - Resolução CONAMA n.º 001, de 23 de janeiro de 1986. Brasília.</p> <p>_____. Ministério do Meio Ambiente - Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997. Brasília.</p> <p>FINK, Daniel Roberto; HAMILTON, Alonso Jr., DAWALIBI, Marcelo. Aspectos Jurídicos do Licenciamento Ambiental. 3a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>BECHARA, E. Licenciamento e Compensação Ambiental. Editora Atlas. 321p. 2009.</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05.10.1988.</p> <p>DA COSTA JR., Paulo José; MILARÉ, Edis. Direito Penal Ambiental: Comentários à Lei 9.605/98. Campinas: Millennium, 2002.</p> <p>MEDUAR, Odete (Org.). Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.</p> <p>OLIVEIRA, I. A. A. INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2005.</p> <p>TENNEPOHL, C. & TRENNEPOHL, T. D. Licenciamento Ambiental. Editora Impetus. 304p. 2008.</p> <p>TRENNEPOHL, C. E TRENNEPOHL, T. D. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. SÃO PAULO. 6ª EDIÇÃO. EDITORA IMPETUS, 2016.</p>	

6.4 Prática profissional

A prática profissional proposta é regida pelos princípios da equidade (oportunidade igual a todos), flexibilidade (mais de uma modalidade de prática profissional), aprendizado continuado

(conciliar a teoria com a prática profissional) e acompanhamento total ao estudante (orientador em todo o período de sua realização).

A prática profissional configurar-se-á como um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, a partir da atitude de desconstrução e (re) construção do conhecimento.

A prática profissional será desenvolvida no decorrer do curso por meio de estágio supervisionado ou projeto, com carga horária mínima de 200 horas, e atividades complementares, com carga horária mínima de 50 (cinquenta) horas, totalizando 250 horas, no mínimo, de prática profissional.

6.4.1 Estágio e/ ou Projeto

A modalidade de estágio definida neste Plano para do curso supracitado, será baseado na Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, que regulamenta a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente do IFAP, na lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio dos estudantes, na Resolução nº 58/2014/CONSUP/IFAP, de 04 de dezembro de 2014, retificada em 28 de abril de 2015, que aprova a realização de estágio através de projetos de pesquisa e/ ou extensão dos cursos técnicos – integrados e subsequentes das turmas a partir de 2011/IFAP e a Resolução nº 20/2015/CONSUP/IFAP de 20 de abril de 2015, que aprova a regulamentação de estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

Segundo a Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, em seu art. 65, onde afirma que: “A prática profissional poderá ser desenvolvida no decorrer do curso por meio de estágio curricular supervisionado ou outras atividades complementares tais como: projetos, estudos de caso, pesquisas individuais e/ou em grupo, prestação de serviços, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, exercícios profissionais efetivos, em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re)construídos no respectivo curso”.

O Estágio Curricular compreende o desempenho teórico-prático do (a) aluno (a) em empresas, organizações públicas e privadas e/ou instituições de ensino, desenvolvendo atividades, nos diversos setores da economia, relacionadas à área profissional do curso realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, com vistas à integração no mundo do trabalho”. Nota-se que as atividades relacionadas ao estágio curricular podem ser desenvolvidas nos mais diversos ambientes e não somente em empresas do mercado de trabalho vinculadas ao curso.

Sendo assim, estas atividades também podem ser desenvolvidas tanto em instituições públicas ou privadas, quanto em instituições de ensino, desde que estejam relacionadas com a área profissional do curso realizado pelo discente no IFAP – CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI. Neste sentido, os discentes do Curso Técnico em Meio Ambiente, na

forma subsequente, na modalidade à distância, podem integralizar suas cargas horárias de prática profissional através do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou de intervenção na sua área de atuação. Segue abaixo a metodologia de desenvolvimento do Projeto.

Metodologia de Desenvolvimento da Prática profissional através de Projeto

A atividade equivalente desenvolvida, seja ela de pesquisa, extensão ou monitoria, deverá necessariamente ter horas de desenvolvimento de projeto iguais às horas de prática profissional que devem ser executadas, seguindo o Plano Pedagógico do Curso – PPC.

O projeto deverá ter um professor Orientador e no máximo cinco grupos de alunos sendo um projeto proposto, ou deverá ter um professor Orientador e quantos alunos existirem no projeto se for um projeto aprovado via editais internos de seleções de bolsas ou editais de entidades de incentivo como CAPES, CNPQ, SETEC, FAPESP, dentre outras. Se o projeto estiver aprovado via casos citados anteriormente, o mesmo deverá necessariamente seguir o Plano de Trabalho do projeto.

Caso o projeto seja um projeto proposto, deverá conter os seguintes itens:

1. Introdução
2. Objetivos
3. Justificativa
4. Metodologia
5. Cronograma de Execução.

O projeto, em qualquer caso (proposto ou aprovado via edital) deverá estar formatado segundo modelo do Departamento de Pesquisa e Extensão.

O trâmite para que os projetos sejam equiparados à atividade de estágio deverá seguir o seguinte fluxo:

1. Professor Orientador dá entrada do Projeto na Coordenação de Curso, para que o coordenador tenha ciência e faça registro do desenvolvimento do projeto.
2. Coordenador do Curso envia o projeto para o Departamento de Pesquisa e Extensão com cópia para a coordenação do Ensino Técnico, dando ciência da execução da atividade.

Nota: O acompanhamento da execução será feito pelo Coordenador de Curso e no final da execução o coordenador informará via memorando à Coordenação do Ensino Técnico que o projeto foi executado com êxito e que as horas de estágio estão validadas para a equipe componente do projeto, neste memorando o coordenador citará o título do projeto, o professor-orientador e os alunos envolvidos.

3. A coordenação do Ensino Técnico informará via Memorando à Direção de Ensino de que o projeto foi executado com êxito e solicita que sejam validadas as horas de estágio para a equipe executora do projeto.

4. A Direção de Ensino informa via memorando ao Departamento de Pesquisa e Extensão sobre a finalização do projeto e solicita registro e informação da atividade para o Registro Escolar.

Os casos omissos serão decididos pelo Departamento de Pesquisa e Extensão em conjunto com a Direção de Ensino.

Quanto a realização do estágio, o estudante deverá ser acompanhado por um Professor Orientador, designado pela coordenação do curso, levando-se em consideração as condições de carga horária dos professores. Além do Professor Orientador, o estudante também será acompanhado em sua prática profissional por um responsável técnico da empresa promotora do estágio.

São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- Preenchimento e assinatura da Carta de Apresentação, Apêndice IV, (expedida pela Coordenação de Estágio e Egresso) e Carta de Aprovação de Estágio (pela empresa e/ou instituição do local de estágio);

- Plano de Atividades de Estágio (Apêndice VI) aprovado pelo Professor Orientador, juntamente com o supervisor técnico;

- Elaboração do Termo de Compromisso de Estágio (expedido pela Coordenação de Estágio e Egresso) e assinatura da Direção-Geral do *campus*;

- Reuniões do aluno com o Professor Orientador, nas quais serão discutidos eventuais situações-problema vivenciadas pelo aluno no ambiente de estágio;

- Elaboração de Relatório Final do Estágio Supervisionado, com assinatura e avaliação do desempenho do estagiário pelo supervisor técnico, bem como a avaliação final do Professor Orientador.

Após a conclusão do estágio, o estudante terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para entregar na Coordenação de Estágio e Egresso as seguintes documentações:

- a) Ficha de Avaliação de Estágio (Apêndice VI), assinada pelo Professor Orientador;
- b) Termo de Realização de Estágio (Apêndice VII);
- c) Ficha de Avaliação do Supervisor da Concedente;
- d) Plano de Atividade de Estágio (Apêndice VI);

e) Relatório Final de Estágio elaborado pelo aluno e entregue primeiramente ao Professor Orientador que promoverá a validação e expedição da Declaração de Validação de Relatório de Estágio (Apêndice VIII). O Relatório Final de Estágio seguirá o Guia Prático para Relatório de Estágio da instituição e deverá ser realizado na área afim do curso.

Após a conclusão do estágio supervisionado não-obrigatório, o estudante terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para entregar o Relatório Final de Estágio ao Professor Orientador, que fará a correção do ponto de vista técnico e emitirá uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo exigido ao estudante rendimento igual ou superior a 6,0 (seis).

Caso o estudante não alcance a nota mínima exigida no Relatório Final de Estágio, deverá ser reorientado pelo Professor Orientador, com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, e deverá entregá-lo ao Professor Orientador.

O Professor Orientador deverá preencher também a Ficha de Avaliação de Estágio, indicando o desempenho do aluno, entre 0 (zero) e 10 (dez).

O estudante deverá encaminhar as documentações supracitadas (originais) à Coordenação de Estágio e Egresso, que por sua vez encaminhará ao Registro Escolar para arquivar na pasta do aluno.

O Relatório Final de Estágio poderá ser apresentado aos professores e coordenador de curso e aos alunos da turma para socialização da experiência vivenciada.

6.4.2 Atividades Complementares

A complementação na formação técnica é recomendada pelo Ministério da Educação para o desenvolvimento geral do profissional. Nesse sentido, as atividades complementares possibilitam o reconhecimento de habilidades e competências dos discentes, inclusive adquiridas fora do ambiente da Instituição e do curso.

Assim, de modo a permitir uma formação integral, os estudantes do referido curso devem cumprir um mínimo de 50 (cinquenta) horas de Atividades Complementares em caráter obrigatório, ao longo do curso.

Compreende-se como Atividade Complementar aquela que integra a carga horária do curso, no que se refere à prática profissional, e que pode ser cumprida pelo estudante de várias formas, de acordo com o planejamento ajustado pela Coordenação do Curso e critérios estabelecidos neste Projeto Pedagógico.

O estudante deverá apresentar comprovantes (originais e cópias) da realização destas Atividades Complementares, ao final de cada semestre letivo, conforme carga horária estabelecida na matriz curricular, em datas estabelecidas pela Coordenação de Curso, que também se responsabilizará pela validação dessas atividades.

A documentação referente à atividade complementar deverá ser entregue pelo aluno acompanhada de formulário próprio na Coordenação de Curso que, após análise e validação, a encaminhará à Coordenação de Registro Escolar para registro e arquivo na pasta do discente. A integralização da carga horária de Atividade Complementar é critério obrigatório para conclusão do curso.

As Atividades Complementares realizadas antes do início do curso, não podem ter atribuição de créditos, pois somente serão validadas as atividades desenvolvidas ao longo do curso no qual o aluno estiver regularmente matriculado. Cabe ressaltar, que as Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

As Atividades Complementares, integrantes da prática profissional, poderão compreender a participação em palestras, feiras, oficinas, minicursos (como Palestrante/Monitor/Instrutor), monitorias, prestação de serviços, estágios não-obrigatório, produção artística, ações culturais, ações acadêmicas, ações sociais, desenvolvimento de projetos de iniciação científica, de pesquisa e de extensão, cadastrados nas respectivas pró-reitorias, em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re) construídos no respectivo curso.

São aceitos como atividades complementares:

- **Estágio não-obrigatório** – A realização de estágio não-obrigatório, com remuneração, devidamente comprovado por documentação emitida pelo local de estágio, poderá ser validado somente quando a partir de 120 horas realizadas.

- **Projetos de Iniciação Científica** – As atividades a que se refere este item serão propostas e desenvolvidas sob forma de projetos e programas de pesquisa de natureza extracurricular, mediante a participação do aluno nos mesmos, visando a qualificação técnica e científica. Consideram-se também as apresentações de trabalhos em eventos científicos, sob forma de pôster, resumo ou artigo científico.

- **Atividades Culturais** – Participação de atividades em orquestra, grupo de teatro, grupo de coral, capoeira ou similares, oferecidas pelo IFAP, outras Instituições de Ensino ou órgãos da sociedade civil organizada.

- **Atividades Acadêmicas** – Participação em eventos científicos como ouvinte e/ou atuante assim como organização de eventos escolares, científicos e culturais no IFAP, como semanas, jornadas, exposições, mostras, seminários e cursos de extensão, participação em jornada acadêmica ou atividades extracurriculares organizadas pela coordenação do curso de Meio Ambiente ou áreas afins, realizadas no IFAP ou em outras Instituições de ensino, pesquisa e extensão; participação em curso de extensão; proferir palestras profissionalizantes; cursar programas de aprendizagem ofertados por outras instituições de ensino profissionalizante ou de graduação; realizar atividades de monitoria relacionadas ao componente curricular.

- **Ações Sociais** – Realização de atividades sociais, como, por exemplo, a participação em projetos voltados para a comunidade que promovam melhoria da qualidade de vida, cidadania, educação, trabalho e saúde, seja na condição de organizador, monitor ou voluntário.

Cada atividade complementar terá uma carga horária mínima e máxima, conforme estabelecido no quadro abaixo, não permitindo ao aluno cumprir toda sua carga horária em um só tipo de atividade, ou seja, a carga horária mínima de 50 (cinquenta) das atividades complementares deverá ser cumprida em, no mínimo, 03 (três) tipos de atividades.

Tabela 2 – Atividades

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA MÍNIMA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Visitas técnicas (via coord. ou individual)	03 h	12 h
Participação em programas governamentais (Ex: menor aprendiz e outros)	30 h	30 h
Atividades científicas (participação em congressos, seminários, palestras, minicursos, fóruns, Workshops, mostra científica e tecnológica, feiras e exposições, monitorias, dentre outros)	04 h	20 h
Participação como Ministrante em atividades científicas e acadêmicas.	02 h	20 h
Atividades Esportivas (torneios, jogos, cursos de danças etc.)	04 h	08 h
Produção Acadêmica/Científica (autor ou co-autor de artigos publicados em jornais e/ou revistas científicas, anais, periódicos, livros ou capítulo de livros e painéis, projeto de pesquisa)	04 h	12 h
Cursos extracurriculares (línguas, extensão, aperfeiçoamento, treinamento, etc.)	10 h	30 h
Participação em atividades culturais: filmes, teatro, shows, feiras, exposições, patrimônios culturais.	02 h	12 h
Exercício de representação estudantil nos órgãos colegiados da instituição	04 h	16 h
Ações Sociais: Participação em eventos sociais como monitor, voluntário ou organizador.	04 h	16 h
Estágio não obrigatório	20 h	20 h

7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos anteriores está de acordo com o Artigo 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 36 da resolução CNE/CEB nº 06/2012 e com a Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, que trata da Regulamentação da Educação Profissional Técnica de

Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP.

Entende-se por aproveitamento de conhecimentos o processo de reconhecimento de componentes curriculares ou módulos cursados em uma habilitação específica, com aprovação no IFAP ou em outras Instituições de Ensino de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma subsequente, credenciadas pelos Sistemas Federal e Estadual, bem como em Instituições Estrangeiras, para a obtenção de habilitação diversa.

O aluno matriculado solicitará à Coordenação de Registro Escolar, em prazo estabelecido no Calendário Escolar, a dispensa do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s), tendo como base o aproveitamento de estudos anteriores, de acordo com o que estabelece os incisos I e III do art. 36 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, e a Resolução nº 015/CONSUP/IFAP, em seus artigos 33, 34 e 35 que trata da Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP.

A concessão do aproveitamento de estudo no curso supracitado, quando se tratar de componente(s) curricular(es), além do histórico escolar, é necessário apresentar o programa dos referidos componentes cursados com aprovação, com registro de conteúdos e carga horária total das aulas teóricas e práticas, devidamente autenticado e assinado pela Instituição de origem.

Quando se tratar de módulo(s) o aluno deverá anexar os seguintes documentos:

- Certificado de Qualificação Profissional de Nível Técnico com o histórico escolar, conforme estabelece art. 37 e art. 38 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, ou o documento comprobatório de habilitação do módulo inicial;
- O programa dos componentes curriculares cursados com aprovação, com registro de conteúdos e carga horária total das aulas teóricas e práticas, devidamente autenticado e assinado pela Instituição de origem.

Nos casos em que os documentos são oriundos de instituições estrangeiras, os mesmos deverão ter traduções oficiais, e o curso deverá ter sua equivalência com os inseridos no cadastro nacional de cursos de educação profissional técnica de nível médio, aprovada por instituição autorizada pelo MEC para tal fim.

Tratando-se de aproveitamento de componente(s) curricular(es) ministrado(s) no próprio IFAP o requerente ficará dispensado do cumprimento da entrega dos documentos da Instituição.

A análise da equivalência do(s) componente(s) curricular (es) ou módulo(s) será feita pela Coordenação de Curso observando a compatibilidade de carga horária, bases científico-tecnológicas ou competências/habilidades. O tempo decorrido da conclusão dos elementos mencionados acima não poderá ser superior a 02 (dois) anos ao pedido de aproveitamento do componente ou módulo solicitado no IFAP.

A avaliação da correspondência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas dos componentes curriculares apresentados e não sobre a denominação dos componentes

curriculares cursados. Serão aproveitados os componentes curriculares cujos conteúdos e cargas horárias coincidirem em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com os programas dos componentes curriculares do respectivo curso oferecido pelo IFAP.

O discente poderá obter dispensa, por aproveitamento de estudos, de, no máximo, 30% (trinta por cento) da carga horária total dos componentes curriculares do curso, sendo vedado o aproveitamento de estudos para componentes curriculares em que o requerente tenha sido reprovado. Não será permitida a solicitação de aproveitamento de estudos para alunos matriculados no primeiro módulo do curso, exceto para alunos transferidos durante o período letivo.

Do Aproveitamento de Experiências Anteriores

Entende-se por aproveitamento de experiências anteriores o processo de reconhecimento de competências adquiridas pelo aluno, mediante um sistema avaliativo, com vistas à certificação desses conhecimentos desde que coincidam com as competências requeridas nos componentes curriculares integrantes do referido curso.

Poderão ser aproveitadas experiências adquiridas:

- Em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (antigos cursos básicos); ou;
- Em atividades desenvolvidas no trabalho e/ou alguma modalidade de atividades não-formais.

O tempo decorrido da obtenção de experiências anteriores não poderá ser superior a 02 (dois) anos ao pedido de aproveitamento solicitado no IFAP.

O aluno matriculado solicitará à Coordenação de Registro Escolar, em prazo estabelecido no Calendário Escolar, a dispensa do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s) tendo como base o aproveitamento de experiências anteriores, de acordo com o que estabelece os incisos I e III do art. 36 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, e a Resolução nº 015/CONSUP/IFAP, em seus artigos 33, 34 e 35 que trata da Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP.

A solicitação do aluno deverá ser acompanhada de justificativa e/ou de documento (s) comprobatório(s) de experiência(s) anterior(es).

A Coordenação de Registro Escolar encaminhará o processo à Coordenação de Curso que designará uma comissão composta pelos seguintes integrantes: coordenador do curso, como presidente da comissão; um técnico da área pedagógica e no mínimo dois professores abrangendo as áreas de conhecimento do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s) que o aluno solicita dispensa. Esta comissão realizará a avaliação das competências requeridas, apresentando posteriormente relatório contendo os resultados obtidos, bem como os critérios e os instrumentos adotados para a avaliação, devendo tal relatório constar do dossiê do aluno.

Para que o estudante tenha dispensa do(s) componente(s) curricular(es), ou módulo(s), deverá obter nota igual ou superior a 6,0 (seis.) em cada componente avaliado.

8 CRITÉRIOS E APROVEITAMENTO DE AVALIAÇÃO

A avaliação, parte integrante do processo educativo, é entendida como um constante diagnóstico participativo na busca de um ensino de qualidade, resgatando-se seu sentido formativo e afirmando-se que ela não se constitui um momento isolado, mas um processo onde se avalia toda prática pedagógica.

Nesse processo, a avaliação assume as seguintes funções: a diagnóstica que proporciona informações acerca das capacidades dos alunos em face de novos conhecimentos que irão ser propostos; a função formativa que permite constatar se os alunos estão de fato atingindo os objetivos pretendidos; e finalmente a função somativa que tem como objetivo determinar o grau de domínio e progresso do aluno em uma área de aprendizagem.

Essas funções devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades. Funcionando também como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, que deve sempre levar em consideração os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Neste sentido, a proposta de avaliação da aprendizagem do curso supracitado, terá como base legal os princípios norteadores expressos na LDB nº 9.394/96 e nos demais documentos legais que norteiam a educação profissional. A avaliação deve ser considerada como elemento construtivo do processo de ensino-aprendizagem, permitindo identificar avanços e dificuldades no desenvolvimento dos alunos. Além disso, a proposta do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, considerando aspectos qualitativos e quantitativos para desenvolvimento de competências requeridas na formação profissional proposta pelo IFAP. Assim, avaliar as competências deve significar o estabelecimento de uma situação de diálogo entre professor e aluno, descobrindo, juntos, avanços e dificuldades para consolidarem aqueles e corrigirem estas.

Considerando que o desenvolvimento de competências envolve conhecimentos (saberes), práticas (saber-fazer), atitudes (saber-ser) e mobiliza esse conjunto (saber-agir) na realização do trabalho concreto, cabe ao professor adotar uma diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação, tais como: atividades teóricas-práticas construídas individualmente ou em grupo, trabalhos de pesquisa, estudos de caso, simulações, projetos, situações-problema, fóruns, chat's, videoconferência, atividades dirigidas, wiki, elaboração de portfólios, relatórios, provas escritas e/ou oral e/ou prática, entre outros.

Os instrumentos avaliativos servirão para verificar o aprendizado efetivamente alcançado pelo aluno, e ao mesmo tempo para fornecer subsídios ao trabalho docente, direcionando as

atividades desenvolvidas na melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão ser explicitados no plano de trabalho docente de cada componente curricular, o qual deverá ser divulgado junto aos estudantes no início do respectivo período letivo.

Dessa forma, ao utilizar diferentes procedimentos e instrumentos para promover o desenvolvimento de uma competência, o professor deverá analisar os resultados obtidos em função das habilidades e conhecimentos previamente definidos no plano de trabalho docente.

A sistemática avaliativa obedecerá a Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente do IFAP- Resolução nº 015/2014/CONSUP/IFAP, sendo que as avaliações parciais serão realizadas na modalidade à distância e avaliação geral presencialmente.

9 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A estrutura física proposta para o curso serão montadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá na execução do curso.

Estrutura Didático Pedagógica

- **Salas de Aula:** Com 40 (quarenta) carteiras, quadro branco, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.
- **Laboratório de Informática:** Com 40 (quarenta) computadores, projetor multimídia, tela para projeção, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones.
- **Biblioteca:** Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico. Quanto ao acervo da biblioteca deve ser atualizado com no mínimo cinco referências das bibliografias indicadas nas ementas dos diferentes componentes curriculares do curso.

A Biblioteca deverá operar com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Laboratório

A estrutura física necessária para o curso supracitado será descrita a seguir.

Tabela 3 – Laboratório de Informática

Item	Equipamentos	Quant.
------	--------------	--------

1	Computador que atenda os requisitos recomendados para executar os seguintes softwares: Sistemas operacionais Windows e Linux; Pacote de escritório (Office, LibreOffice e similares); Ferramentas e Interfaces de desenvolvimento; Aplicativos de editoração gráfica.	41
2	Dispositivo de ininterruptão elétrica (No-break)	Proporcional ao item 1
3	Data show	1
4	Cadeira com almofada e rodízios	41

10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

Os docentes que atuarão na referida unidade de ensino pertencerão ao quadro de servidores do IFAP.

11 CERTIFICADOS OU DIPLOMA

O discente estará habilitado a receber o diploma de conclusão, desde que atenda as seguintes condições:

- Cursar os 03 (três) módulos com aprovação e frequência mínima nos componentes curriculares que compõem a matriz curricular seguindo as normas previstas na Instituição;
- Estar habilitado profissionalmente, após ter cursado carga horária total de 1.390 horas, necessárias para o desenvolvimento das Competências e Habilidades inerentes ao profissional;
- Concluir Prática Profissional de no mínimo 250 horas, realizada em instituições públicas ou privadas, devidamente conveniadas com o IFAP e que apresentem condições de propiciar experiências práticas adequadas nas áreas de formação profissional do aluno;
- Não estar inadimplente com os setores da unidade de ensino em que está matriculado, tais como: biblioteca e laboratórios, apresentando à coordenação de curso um nada consta;
- Não possuir pendências de documentação no registro escolar, apresentando à coordenação de curso um nada consta.

Desta forma, ao término do curso, com a devida integralização da carga horária total prevista, incluindo a conclusão da prática profissional, o aluno receberá o Diploma de **Técnico em Meio Ambiente**.

12 REFERÊNCIAS

ALMOULOU, 1997. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS TÉCNICOS. Edição 2012.

ARAÚJO, Alberto Borges de. Educação tecnológica para a indústria brasileira. Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica. Ministério da Educação. Brasília, 2008

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico. Diretrizes Curriculares do Ensino Médio- DCNEM. Brasília, DF, 1998.

BOFF, Leonardo. A contribuição do Brasil. In: VIANA, Gilney, SILVA, Marina, DINIZ, Nilo (organizadores). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 05 de agos. 2011.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta art. 80 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2015.

_____. Parecer CNE/CEB nº 16/99.(Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico).

_____. Resolução CNE/CP nº 01/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31.

_____. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 03 agos. 2011.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 31 jan. 2015.

_____. Decreto nº 5.622, 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 31 jan. 2015.

_____. Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004).

_____. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

_____. Resolução 01/05 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004, de 03 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol1_3fev_2005.pdf>. Acesso em 08 de ago. De 2011.

_____. Lei nº 11.741/2008 de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de julho de 2008.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>, Acesso em: 03 agos. 2011.

_____. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 03 agos. 2011.

_____. Resolução Nº 54, de 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no âmbito do Instituto Federal do Paraná.

_____. Resolução Nº 06 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

_____. Resolução Nº 02, de 30 de janeiro de 2012 (Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio).

_____. Resolução Nº 4, de 6 de junho de 2012 (Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio).

_____. Resolução nº 058/2014/CONSUP/IFAP, de 04 de dezembro de 2014, retificada em 28 de abril de 2015 (Aprova a realização de estágio através de projetos de pesquisa e/ ou extensão dos cursos técnicos integrados e subsequentes a partir de 2011, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá –IFAP), disponível <[http:// ifap.edu.br](http://ifap.edu.br)>.

_____. Resolução Nº 07/2014/CONSUP/IFAP, (Aprova a Instrução Normativa nº 01/2014/CONSUP/IFAP para elaboração e atualização dos Planos de Cursos Presenciais e a Distância do IFAP. Disponível <[http:// ifap.edu.br](http://ifap.edu.br)>.

_____. Resolução nº 20/2015/CONSUP/IFAP de 20 de abril de 2015, que aprova a regulamentação

de estágio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Disponível <<http://ifap.edu.br>>.

CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS. Diretoria de Regulamentação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/catalogonct/> Acesso em 23 de setembro de 2010.

BARBOSA, Anderson Luiz; MENDES, Leonardo de Souza. **Ambientes virtuais de aprendizagem.** In: CARLINI, Alda Luiza; TARCIA, Rita Maria Lino (Org.). **20% a distância e agora?** Orientações práticas para o uso de tecnologias de educação à distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010, p. 161-170.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2005.

GUIA PRÁTICO PARA ENTENDER A NOVA LEI DE ESTÁGIO/CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA. 3 ed. atual. e rev. - São Paulo: CIEE, 2008. 45p.

_____. Resolução nº 15/2014/CONSUP/IFAP. Regulamentação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente no âmbito do IFAP, 2014, disponível em <<http://www.ifap.edu.br>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. O setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/stic/analise_resultados.pdf. Acesso em 17 de setembro de 2010.

MATTAR, João. **Guia de Educação à Distância.** São Paulo: Cengage Learning, Portal Educação, 2011.

PARANÁ. IFPR. PROENS. **Instrução Interna de Procedimentos PROENS/IFPR.** Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 2011.

TOSTES, J. A. Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional. Rio de Janeiro: Publit, 2012. 578 p.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

ANEXO I - Modelo de Diploma Frente



Obs: Imagem meramente ilustrativa, na versão impressa o nome do Campus será ajustado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

VERSO

Curso _____, aprovado pela Resolução nº _____, de ____/____/____ Ifap. Código autenticador no Sistec nº _____.
Carga horária total do curso: xxxx horas
Diploma expedido pelo (nome do setor), do Câmpus _____, data ____/____/____.
_____ Assinatura

Registro com validade em todo o território nacional, conforme Lei nº 9.394 de 20/12/1996, art. 48, §1º, Lei nº 11.892, de 29/12/2008, art. 2º, §3º, sob o nº _____, Livro nº _____, às folhas nº _____, conforme processo nº _____.
Data ____/____/____.
_____ Assinatura do responsável (nome, cargo, e Portaria)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Fonte: Coordenação de Registro Escolar - IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

ANEXO II - Modelo Histórico Escolar

<p>GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI COORDENAÇÃO DE REGISTRO ESCOLAR INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP HISTÓRICO ESCOLAR</p>							
DADOS DO INSTITUTO							
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO DUTRA, S/N - BAIRRO CENTRAL. CEP: 68.945-000, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari							
ATO DE CRIAÇÃO: PORTARIA Nº 1.366/2010 – MEC				CÓDIGO INEP: 16007310			
DADOS DO ALUNO							
NOME:			DATA DE NASCIMENTO:				
NACIONALIDADE: BRASILEIRA			NATURALIDADE:				
RG Nº		ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF:			DATA DE EXPEDIÇÃO:		
PAI:		MÃE:					
CURSO: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM XXXXXXXX							
AUTORIZAÇÃO: RESOLUÇÃO Nº XX/XXXX/CONSUP/IFAP							
FORMA: SUBSEQUENTE		MODALIDADE: EaD		REGIME: MODULAR		PERIODICIDADE: SEMESTRAL	
ANO DE INGRESSO:			ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO: ***				
DATA DA COLAÇÃO DE GRAU: ***							
I MÓDULO							
COMPONENTE CURRICULAR	C.H. PRESENCIAL	C.H. DISTÂNCIA	C.H. TOTAL	NOTA	FRQ.%	PERÍODO	SITUAÇÃO
CARGA HORÁRIA TOTAL							
II MÓDULO							



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

CARGA HORÁRIA TOTAL							
III MÓDULO							
CARGA HORÁRIA TOTAL							

TOTAL DE HORAS / AULAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
PRÁTICA PROFISSIONAL: (ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES)	
TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	

LEGENDA: AP=APROVADO RN=REPROVADO POR NOTA RF=REPROVADO POR FALTA RNF=REPROVADO POR NOTA E FALTA CR=CREDITADO
NOTA MÍNIMA PARA APROVAÇÃO EM CADA COMPONENTE CURRICULAR: 6 (SEIS)
NÚMERO DE MÓDULOS: 3 (TRÊS)
HORA/AULA: 60 min

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CARGA HORÁRIA MÍNIMA EXIGIDA:

CARGA HORÁRIA OBTIDA:

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, de de .

COORDENADOR DO REGISTRO ESCOLAR
PROTARIA Nº

DIRETOR DE ENSINO
PROTARIA Nº

Fonte: Coordenação de Registro Escolar - IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

ANEXO III - Formulário para Averbação de Certificados

COORDENAÇÃO DO CURSO DE Meio Ambiente			
CERTIFICADOS APRESENTADOS			
DOCUMENTOS	C.H.	PERÍODO DO CURSO	CATEGORIA
TOTAL			

Aluno

Coordenador de Curso

Recibo da Secretaria
____/____/____
Recibo

Fonte: Coordenação de Registro Escolar – IFAP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

ANEXO IV – Carta de Apresentação de Estagiário

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ESTAGIÁRIO

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos, o (a) aluno (a) _____, regularmente matriculada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, curso _____, na forma _____, período _____, para solicitar vaga de estágio não-obrigatório, com carga horária total de _____ horas.

Caso o(a) referido(a) aluno(a) seja aprovado (a) por essa instituição, solicitamos a gentileza de nos encaminhar a Carta de Aprovação de Estágio, em anexo, devidamente preenchida, no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data de sua expedição para os trâmites legais.

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari-AP, _____ de
_____ de _____

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXX
Coordenador(a) de Estágio e Egressos
Portaria nº xxxx
Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

ANEXO V – Plano de Atividades do Estagiário

PLANO DE ATIVIDADES DO ESTAGIÁRIO
AMPARO LEGAL: LEI 11.788/2008 – ART 7º – PARÁGRAFO ÚNICO

DADOS DO ESTAGIÁRIO

NOME: _____ MATRÍCULA: _____
CURSO: _____ TURMA: _____ TURNO: _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____
PROFESSOR (a) ORIENTADOR (a): _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

DADOS DA CONCEDENTE

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ: _____ RAMO DE ATIVIDADE: _____
ENDEREÇO: _____, nº _____ BAIRRO: _____
CEP: _____ E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____
SUPERVISOR (a) DO ESTÁGIO: _____ FORMAÇÃO: _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

ESTÁGIO

NÍVEL DE ENSINO/MODALIDADE: _____ SÉRIE: _____
TURMA: _____ TURNO: _____ C.H.: _____
COMPONENTE CURRICULAR: _____

OBJETIVOS:

ATIVIDADES:

Este PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO pode ser alterado mediante TERMO ADITIVO.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 vias de igual teor e forma.

Estagiário (a)

Professor (a) Orientador (a)

Supervisor (a)

Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

ANEXO VI – Ficha de Avaliação do Estagiário

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO - Professor (a) Orientador (a)

DADOS DO ESTAGIÁRIO

NOME: _____ MATRÍCULA: _____

CURSO: _____ TURMA: _____ TURNO: _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

PROFESSOR (a) ORIENTADOR (a): _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

DADOS DA CONCEDENTE

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____ RAMO DE ATIVIDADE: _____

ENDEREÇO: _____, nº _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

SUPERVISOR (a) DO ESTÁGIO: _____ FORMAÇÃO: _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	PONTUAÇÃO (Máximo: 2,0 para cada critério avaliativo)
Assiduidade, pontualidade e responsabilidade em todos os encontros com o grupo.	
Aplicação dos conhecimentos teóricos na prática.	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Criatividade e criticidade no planejamento das ações.	
Predisposição para realização das tarefas no grupo.	
Contribui para clima agradável e harmonioso no grupo.	
TOTAL	

A presente ficha tem o objetivo de registrar a avaliação do estagiário, referente à etapa avaliativa e deverá ser preenchida pelo professor da escola campo. Valor máximo: 10,0 (dez) pontos.

COMENTÁRIOS:

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari-AP, _____ de _____ de _____

Professor(a) Orientador(a)

Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

ANEXO VII – Termo de Realização de Estágio

TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008

Termo emitido em cumprimento à exigência do inciso V do art. 9º da Lei 11.788/2008

DADOS DO ESTAGIÁRIO

NOME: _____ MATRÍCULA: _____
CURSO: _____ TURMA: _____ TURNO: _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____
PROFESSOR (a) ORIENTADOR (a): _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

DADOS DA CONCEDENTE

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ: _____ RAMO DE ATIVIDADE: _____
ENDEREÇO: _____, nº _____ BAIRRO: _____
CEP: _____ E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____
SUPERVISOR (a) DO ESTÁGIO: _____ FORMAÇÃO: _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: () _____

Atividade realizadas pelo Estagiário (a): _____

Avaliação de Desempenho do (a) Estagiário (a):

Período de estágio: ___/___/___ a ___/___/___

Carga Horária Semanal: _____

Carga Horária Total: _____

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários junto ao **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari**, que o (a) aluno (a) acima indicado (a), realizou seu estágio sob minha responsabilidade.

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari- AP, ___ de _____ de 20__

Assinatura e Carimbo do Supervisor (a)

Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP

ANEXO VIII – Declaração de Validação de Relatório de Estágio

Declaração de Validação de Relatório de Estágio

Eu, Professor (a) Orientador (a) _____, do
colegiado de _____, avaliei o Relatório Final de Estágio
Supervisionado Não-Obrigatório, realizado na instituição concedente,
_____, no período de _____ a _____,
do (a) aluno (a) _____, vinculado ao
curso _____, forma _____, turma _____ e turno
_____ e declaro para os devidos fins, que o presente documento, está dentro das
normas previstas no Plano Pedagógico do Curso, quanto a área de atuação e perfil.

Sem mais nada a declarar, dato e assino.

Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari – AP, _____ de _____ de _____.

Nome do Professor (a) Orientador (a)

SIAPE: _____

Fonte: Coordenação de Estágio e Egressos – IFAP